



Personal Investments Worldwide

Banco Best, S.A.

Relatório e Contas 2011

Relatório e Contas 2011

INDICE:

	PÁG.
1. Relatório de Gestão	3
2. Demonstração de Resultados	17
3. Demonstração do Rendimento Integral	18
4. Balanço	19
5. Demonstração de alterações no Capital Próprio	20
6. Demonstração dos Fluxos de Caixa	21
7. Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	22
8. ANEXO - adopção das Recomendações do Financial Stability Forum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos	90
9. ANEXO - política de remuneração dos membros dos órgãos sociais do BEST e Declaração de cumprimento	93
10. Certificação Legal de Contas	98
11. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	100

Relatório de Gestão – 2011

O Banco Best, fundado em 2001, disponibiliza toda a gama de produtos e serviços de um banco universal, auxiliando os seus clientes na identificação de soluções de poupança e oportunidades de investimento disponíveis em cada momento, bem como nos aspectos relacionados com as suas necessidades de financiamento e gestão financeira corrente. Com forte cariz tecnológico e de arquitectura aberta, o Banco Best oferece um conjunto de serviços que permitem aos clientes tirar partido das vantagens das novas tecnologias de informação através da internet, designadamente a maior rapidez e eficiência no tratamento dos processos e transacções e o acesso a serviços inovadores que facilitam a relação dos clientes com o Banco.

A estratégia de negócio do Banco Best orienta-se para servir as necessidades de investimento das disponibilidades financeiras de um segmento de mercado de clientes particulares que se identificam com a necessidade de serviços financeiros mais diversificados e sofisticados, cobrindo simultaneamente a satisfação das suas necessidades de financiamento para aquisição de habitação ou de outros bens ou serviços. Clientes com outra natureza jurídica diversa da dos anteriores, tais como empresas e fundações, podem também ser acessoriamente servidos por esta estratégia de negócio no que diz respeito à satisfação das necessidades atrás referidas.

O capital social ascende a 63 milhões de euros e conta com uma estrutura accionista composta maioritariamente por entidades que integram o Grupo Banco Espírito Santo (GBES) e Espírito Santo Financial Group e pelo Saxo Bank A/S, Banco de direito Dinamarquês que detém 25% do capital do Banco Best.

O Banco Best tem sede em Lisboa, na Praça Marquês de Pombal e não dispõe de balcões bancários no sentido tradicional do termo pelo que disponibiliza os seus produtos e serviços bancários e financeiros através de outros canais, a saber:

- Internet, através do *Website* (www.bancobest.pt) e *Mobile Banking*;
- Centros de Investimento localizados em Lisboa, Porto, Braga, Aveiro, Leiria, Évora e Faro, que contam com uma rede própria de *Personal Financial Advisors* (PFA);
- *Contact Center* (banca telefónica).

Adicionalmente o Banco Best dispõe de uma rede de promotores e agentes vinculados, denominados de *Financial Advisors* (FA's), que funcionam em regime de prestação de serviços e de acordo com as disposições legais sobre a matéria, sendo que alguns dispõem de espaços físicos próprios identificados como "PFA Offices" e onde exercem a sua actividade balizada pelas disposições legalmente aplicáveis.

I – Enquadramento Económico

Durante o ano de 2011 o tema do excesso de dívida a nível global, embora estivesse presente já desde o início da crise financeira global em há 3 anos, ganhou contudo uma nova dimensão durante o ano. As questões relativas aos níveis de dívida dos agentes económicos foram inicialmente focadas na excessiva alavancagem do sector financeiro a nível global, mas durante 2011 as atenções estiveram focadas no papel das dívidas soberanas como proxy de activos sem risco, questão que teve impactos significativos em termos não só de mercados financeiros, como em termos da performance das economias. A perda do rating máximo AAA, com o downgrade da S&P à dívida soberana norte-americana em Agosto de 2011, constituiu um sério aviso no sentido dos esforços necessários para alterar a trajectória insustentável de aumento da dívida pública na generalidade dos países desenvolvidos, tendência agravada aliás pelos esforços desenvolvidos nos anos anteriores para, através da política orçamental e fiscal, minorar o contágio à economia real dos problemas sentidos na já referida crise financeira global.

O ano de 2011 fica também indelévelmente marcado pelo agravar da crise de dívida soberana na Europa e respectivas consequências. Depois de no ano anterior, dois membros da Zona Euro – Grécia e Irlanda – terem recebido programas de ajuda externa de um conjunto de três entidades internacionais (União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional), em Maio de 2011 foi a vez de Portugal ver o seu acesso ao mercado internacional de obrigações fechado, assinando um acordo multi-anual de assistência financeira. Ao longo do ano foram feitas diversas tentativas no sentido de encontrar uma resposta institucional europeia que permitisse fortalecer o projecto da união monetária, tendo sido dados passos, ainda que tímidos, no sentido de uma maior integração que visa permitir reduzir os desequilíbrios decorrentes, essencialmente, da ausência de coordenação de políticas económicas e fiscais no seio da Zona Euro.

O debate gerado em torno das contas públicas dos diversos países da União Europeia e o respectivo foco na necessidade de reduzir os níveis de dívida de uma forma global – com políticas de austeridade mais ou menos agressivas na generalidade dos países europeus, veio a ter um efeito relevante em termos das perspectivas de crescimento económico, com diversas nações europeias a registarem crescimento económico negativo a partir do terceiro trimestre de 2011. As perspectivas mais sombrias relativamente ao desempenho das economias não foram, no entanto, um exclusivo do continente europeu. Também do outro lado do Atlântico, na economia norte-americana, a recuperação sentida durante 2009 e 2010 sofreu uma desaceleração significativa com o mercado imobiliário e o emprego a continuarem a gerar um elevado nível de preocupação. Nos países emergentes, responsáveis pela maior parte do crescimento económico global nos últimos anos, a menor actividade económica nas economias mais desenvolvidas acabou por diminuir o nível de preocupação com as tensões inflacionistas sentidas no início do ano, permitindo a estes países reverter ao longo de 2011 as políticas monetárias de carácter contraccionista iniciadas no ano anterior.

Neste enquadramento de menor crescimento económico, excesso de dívida pública e privada e hesitação política no sentido de encontrar uma solução credível para os mercados em termos de sustentabilidade da

dívida pública, 2011 acabou por ser um ano em que se constatou um aumento do risco sistémico em diversas ocasiões e o consequente aumento da volatilidade nas diversas classes de activos. Os mercados accionistas, na generalidade, registaram performances negativas, com destaque pela negativa para os índices de mercados emergentes e periféricos europeus e com destaque pela positiva para os índices norte-americanos que encerraram com variações apenas marginalmente negativas.

Nos mercados obrigacionistas, os títulos governamentais considerados mais seguros – como os norte-americanos e alemães – registaram performances positivas em preço (equivalente a quedas na taxa de juro exigida) ao longo de toda a curva de taxas de juro, ao contrário de outros países da Zona Euro (como Portugal, Espanha, Itália, Grécia e mesmo França e Áustria) que viram os seus custos de financiamento subir durante o ano. A generalidade das matérias-primas viram os seus preços cair ao longo do ano, reflectindo os receios de menor crescimento económico futuro. As excepções nesta classe de activos foram o ouro – considerado activo de refúgio – e o petróleo, afectado por eventos externos, como a Primavera Árabe e o aumento da tensão geopolítica entre os EUA e a República Islâmica do Irão.

II – Actividade Desenvolvida em 2011

No contexto de um ano de 2011 de crescentes desafios trazidos pelas novas envolventes macroeconómicas e seu consequente reflexo na instabilidade vivida nos principais mercados financeiros, em simultâneo com maiores exigências regulamentares por parte das autoridades de supervisão, o Banco Best desenvolveu a sua actividade e prosseguiu a estratégia de melhoria contínua dos níveis de serviço e disponibilização de produtos e serviços ajustados às novas realidades económico-financeiras. Relativamente aos principais indicadores é de registar que o volume dos activos de clientes atingiu os 1.645 milhões de euros no final de 2011, apresentando um ligeiro decréscimo de 1,7% face ao final do ano anterior, enquanto o crédito concedido atingiu um saldo de 107,5 milhões de euros no balanço em Dezembro de 2011, representando um crescimento de 10% face ao ano anterior.

A nível de liquidez em balanço o Banco Best manteve em 2011 um nível confortável neste indicador, não obstante um enquadramento geral de forte competição interna pela captação de recursos estáveis de clientes, com um aumento global de 19% no volume de depósitos de clientes, evolução esta que, conjugada com o crescimento dos volumes de crédito concedido, manteve o rácio de transformação de depósitos em crédito num nível baixo e controlado com um rácio de 25,5%.

Na actividade desenvolvida em 2011 destaca-se o lançamento do novo site mobile que permite a geolocalização dos centros de investimento do Banco, para além da disponibilização de um vasto conjunto de operações bancárias correntes, como as consultas de património integrado, saldos e movimentos, transferências, gestão de cartões de crédito, subscrição de depósitos a prazo, pedidos de cheques e pagamentos e carregamentos. Adicionalmente este *site mobile* disponibiliza ainda um módulo - Mobile Trader - que permite acompanhar os mercados mais importantes à escala global e negociar mais de 1.200 títulos, com actualização em tempo real da carteira de investimentos.

No último trimestre do ano foram disponibilizadas novas Apps de acesso ao Mobile Banking para iPhone, iPad e Smartphones e Tablets com sistema Android. Com este novo acesso ao Banco, os Clientes viram facilitado o acesso às contas e transacções através do Telemóvel ou do Tablet. Com estas novas aplicações já disponíveis na App Store da Apple e no Android Market, os clientes do banco têm acesso a todas as operações do Mobile Banking incluindo operações correntes como consultas, transferências, pagamentos e gestão do cartão de crédito entre outras, bem como acompanhar os principais mercados bolsistas a nível mundial e negociar mais de 1.200 títulos. Foi ainda lançada uma nova versão Mobile Banking optimizada para Tablet iPad e Tablets Android. Ao aceder ao endereço www.bancobest.pt/m, é apresentado um interface gráfico optimizado em função do dispositivo utilizado pelo cliente, sendo as opções apresentadas de uma forma intuitiva permitindo uma experiência única de navegação. Desta forma, o número de Clientes a aceder regularmente ao Mobile Banking Banco Best registou um aumento de 72% durante o ano de 2011.

Ainda nesta área o Best passou igualmente a disponibilizar o eBudget, uma aplicação para o iPhone, iPod Touch e iPad e Smart-Phones Android que permite guardar, organizar e gerir as despesas diárias 'on-the-go' de uma forma prática e inovadora. Esta inovadora aplicação está disponível para clientes e também para não clientes, tendo-se registado downloads da mesma não só na Europa, mas também no Brasil, China, EUA, Canadá, Japão, Índia, Austrália, África do Sul, entre outros, ou seja, o alcance foi global.

No último trimestre de 2011, foi disponibilizado um novo processo de abertura de conta Web, que permite e facilita a abertura de conta no Banco Best através da Internet de uma forma mais rápida e ágil. Deste modo, os Clientes têm a possibilidade de abrirem conta sem terem de se deslocar fisicamente a um centro de investimento do Banco, considerando o envio dos documentos legais devidamente certificados.

Ao longo do ano, foram disponibilizadas novas funcionalidades no website do banco Best, como são exemplo as Ordens Permanentes e Agendamento de Operações. Foram ainda sendo efectuadas melhorias contínuas de usabilidade do website, com o objectivo de melhoria contínua da experiência de utilização dos Clientes.

Na área de fundos de investimento foi mantida a estratégia de alargamento e diversificação da oferta de sociedades gestoras e fundos de investimento, com o BEST a distribuir de 45 sociedades gestoras cerca de 1800 fundos de investimento para o mercado de retalho e de mais de 5600 fundos de investimento para o mercado de institucionais - Wholesale Internacional. Em 2011 o BEST introduziu em Portugal 2 novas sociedades gestoras (Bank of America Merrill Lynch e Henderson) bem como a disponibilizar os primeiros fundos que investem em depósitos em moeda Chinesa, o Reminbi, geridos pela Allianz.

Desta forma e segundo os dados da CMVM, o Banco Best manteve e, aliás, reforçou em 2011 a liderança na distribuição de Fundos de Investimento estrangeiros em Portugal, com uma quota de mercado de 31,2% (dados recentemente divulgados e relativos ao 3º trimestre de 2011). Por outro lado, registou-se

uma alteração na tipologia dos fundos de investimento mais subscritos pelos clientes, com alguns fundos denominados em moedas diferentes do EUR - exemplo das divisas nórdicas - a ganharem protagonismo.

Em 2011 o Banco Best introduziu na sua oferta produtos tailor made, Best Premium sob a forma de Unit Linked e que permitem aos clientes subscritores aceder a uma forma de tratamento personalizado na área da gestão de carteira.

Quanto ao Serviço de Gestão de Carteiras, num contexto de grande volatilidade dos mercados financeiros, o prosseguimento de uma política de gestão prudente e defensiva procurando conjugar a preservação de capital com a assumpção de riscos controlados, permitiu alcançar uma rentabilidade positiva no perfil mais conservador.

Durante o ano de 2011 o banco manteve a política de diversificação das suas linhas de negócio, adicionando duas novas parcerias na área de clientes institucionais, tendo registado um crescimento superior a 40% dos volumes em fundos de investimento de clientes da área de negócio wholesale.

Num contexto dominado pela volatilidade dos mercados financeiros e num sentimento crescente de aversão ao risco por parte dos investidores nacionais, em 2011, as transacções no mercado secundário a contado na bolsa nacional, registaram um decréscimo de 29% face ao ano anterior. Por conseguinte, na componente das ordens recebidas online, segmento de mercado onde o Banco Best desenvolve a sua actividade, os volumes negociados registaram uma redução anual de 25%. A quota de mercado do Banco Best em 2011 no segmento online do mercado a contado, cifrou-se ligeiramente acima de 7%. No entanto, no segmento de derivados online onde a actividade assenta no modelo de parceria com o Saxo Bank, o Banco Best alcançou a liderança com uma quota de mercado de 26%, apresentando um crescimento de 4 pontos percentuais face ao ano anterior. Enquanto o mercado de derivados online em Portugal apresentou uma quebra anual de 17% - a primeira redução anual dos últimos 5 anos – o Banco Best conseguiu manter os volumes de transacção em níveis elevados, na ordem dos 23 mil milhões de euros. Ainda relativamente à actividade de derivados online, de referir que em 2011, o Banco Best foi galardoado com o prémio internacional de 'CFDs Champion' por parte do Saxo Bank.

No capítulo da negociação de títulos de dívida, em 2011 o mercado de particulares, continuou a evidenciar um interesse crescente por esta classe de activos, com maior relevo para as emissões de obrigações com maturidades entre 1 a 3 anos. Tendo presente esta necessidade de mercado e as condições praticadas juntos dos concorrentes, em Maio de 2011, o Banco Best criou um novo serviço que revolucionou a compra e venda de Obrigações junto dos investidores particulares. Através do serviço BONDS FOR ALL, de uma forma simples e rápida, os clientes têm acesso online à maior oferta de obrigações em Portugal, podendo negociar dívida pública portuguesa, dívida de empresas nacionais, assim como obrigações emitidas por entidades internacionais de renome. Desta forma, o Banco Best registou um volume transacções de 318 milhões de euros em obrigações, um crescimento de 7% face ao ano anterior e em contra-ciclo com o decréscimo de 17% verificado no mercado nacional neste segmento de mercado.

O Banco Best manteve-se em 2011 como um gerador de liquidez para o sistema bancário. O volume de depósitos de clientes atingiu os 421 milhões de euros no final de 2011, representando um crescimento de 19% num contexto de forte competitividade concorrencial. A opção de depósitos com pagamento de juros na data de início do próprio depósito – Depósito Já! - inovação lançada em 2010, continuou a registar forte procura, sendo uma das soluções preferenciais escolhidas por Novos Clientes em 2011. De referir igualmente que o Banco Best comemorou o seu 10º Aniversário de actividade com o lançamento em Junho de uma edição especial de um Depósito a Prazo com pagamento de juros mensais e crescentes. A carteira manteve-se, no global, com maturidades procuradas relativamente curtas, com prazos até entre 3 e 6 meses, conferindo uma importante flexibilidade e liquidez geral aos Clientes, na gestão do seu portfolio de activos. Importante referir também, a nível de enquadramento legislativo, a implementação em Novembro de 2011 de uma nova recomendação do Banco de Portugal quanto aos tectos máximos de remuneração a praticar pelos bancos, e que veio permitir uma certa estabilização da praxis concorrencial até aí vigente.

A carteira de crédito concedido aumentou 10% para 107,5 milhões de euros no final de 2011. O rácio de crédito vencido manteve-se a um nível contido, representando 1.15% do crédito concedido. A nível de novos produtos, o Best reforçou em 2011 a oferta para crédito colateralizado por activos financeiros, com o lançamento de um novo produto de Crédito Conta Corrente a partir do final do 1º semestre e que veio complementar a oferta já existente de ao nível do Crédito Pessoal e Conta Margem. Entre as principais vantagens deste novo produto, destaca-se a sua flexibilidade de utilização, com possibilidade de reforço e amortização a qualquer momento e através dos diversos canais de acesso disponibilizados pelo Banco Best.

Na área de cartões e meios de pagamento registou-se em 2011 um crescimento significativo do número de cartões de crédito disponibilizados, com o parque de cartões a aumentar em 5 mil unidades durante o ano. De realçar que o número de cartões activos e em utilização pelos clientes aumentou de forma significativa, registando-se um crescimento de 17%.

O número de Clientes com vencimento domiciliado no Banco Best aumentou 10% em 2011. Para este crescimento contribuiu uma oferta de 'pack ordenado' das mais competitivas do mercado, bem como o desenvolvimento de várias funcionalidades e serviços de gestão corrente diária. Merecem nesta perspectiva destaque as opções de agendamento de operações futuras, bem como a inovadora ferramenta de orçamento familiar disponibilizada a partir do mês de Fevereiro. Esta ferramenta permite aos Clientes, de uma forma simples e intuitiva, gerir o seu orçamento mensal, controlando online os gastos e receitas que efectuam através da sua conta no banco. A ferramenta permite também efectuar projecções futuras identificando oportunidades de poupança e/ou necessidades de reequilíbrio das despesas regulares.

Durante o ano de 2011 o banco manteve activamente a política de diversificação das suas linhas de negócio com o crescimento da área de negócio que visa servir as necessidades específicas na área do asset management de um conjunto de clientes institucionais internacionais. Esta nova área conta com um conjunto específico de ferramentas tecnológicas especialmente desenvolvidas, bem como um oferta

individualizada de produtos e serviços de apoio operacional próprios e com diversos clientes de elevado valor, representando no final de 2011 um volume de activos sob custódia de 240 milhões de euros e de 12.46 milhões de euros em crédito concedido.

Os investimentos efectuados pelo banco na área informática durante o ano de 2011 permitiram, capitalizando o lançamento da nova versão do website do Banco Best no ano anterior, abranger os desenvolvimentos informáticos necessários para robustecer as plataformas específicas para as áreas de negócio wholesale e internacional que suportarão a componente de expansão internacional do banco. Esta componente é materializável, nomeadamente, através dos acordos estabelecidos com o Saxo Bank, instituição de crédito sediada na Dinamarca e que desenvolve a sua actividade a nível global, que visam disponibilizar a esta instituição a utilização da plataforma de distribuição on-line de produtos de asset management do Banco Best para distribuição, aos seus clientes, numa lógica white label em países e geografias seleccionadas.

Realce-se que em Dezembro de 2011 foi disponibilizado ao Saxo Bank a primeira plataforma de distribuição em produção com o intuito de dinamizar a actividade de wealth management no mercado britânico por esta entidade, sendo a oferta dirigida a clientes de retalho self-directed, com um conjunto alargado de produtos de acções, ETF's, Fundos de Investimento (locais e estrangeiros), Certificados e Obrigações diversas.

Para além disso, o ano de 2011 foi um ano de consolidação ao nível das parcerias B2B da plataforma de distribuição de fundos de investimento, mantendo-se as parcerias já existentes com algumas instituições financeiras internacionais e tendo-se promovido o alargamento das mesmas a duas novas instituições financeiras com presença relevante no mercado nacional na área dos seguros e gestão de activos.

O ano de 2011 foi particularmente desafiante a nível dos mercados financeiros devido à permanente incerteza que caracterizou a evolução da crise de dívida na Zona Euro. Nesse contexto, a aposta formativa esteve sobretudo orientada para a formação comercial interna (produto e operativa) e para a formação de novos colaboradores nas redes externas (agentes vinculados), área onde se registou um acentuado dinamismo no recrutamento. Nesse âmbito e em 2011, foram desenvolvidas acções de formação num total superior a 200 horas de formação e envolvendo 60 novos colaboradores.

A nível de formação externa, manteve-se o ritmo de realização de Seminários orientados para os clientes Best mas abertos à participação de não clientes, visando contribuir para um aumento sustentado da literacia financeira dos participantes. Estes seminários abordaram diversos temas na área de negociação bolsista e análise de investimento, assim como outros produtos da área de "Asset Management" como Obrigações e Fundos de Investimento. Relativamente a colaboradores do Banco, foram igualmente desenvolvidas diversas iniciativas com parceiros externos, envolvendo formações presenciais na área de Inglês, Microsoft Office 2007 e "Coaching" para chefias comerciais. Na área de Certificações, o ano de 2011 registou também a aprovação de mais 52 colaboradores internos como Agentes e Mediadores de

Seguros autorizados pelo Instituto de Seguros de Portugal. num curso promovido pela Associação Portuguesa de Seguradores.

Nas diversas vertentes formativas internas, foram ministradas no ano de 2011 mais de 6,5 mil horas de formação aos colaboradores do Banco, um valor superior ao evidenciado em 2010.

Relativamente às Demonstrações Financeiras de 2011, destaca-se o significativo crescimento de 19% no volume de Recursos de Clientes face ao ano anterior, evolução esta derivada não só do número historicamente elevado de novos clientes que abriram conta no Banco Best em 2011, mas também da tendência registada para os clientes aumentarem a proporção do seu património financeiro alocado em produtos de Depósitos a Prazo. Por outro lado e na componente do Activo Líquido, o volume de crédito concedido a clientes atingiu um valor de 107,5 milhões de euros, um crescimento de 10% face a 2010. Desta forma e em termos do rácio de transformação de crédito em depósitos, embora o mesmo assuma valores muito abaixo da média do sector bancário, regista-se uma melhoria de 27,6% para 25,5% entre o final de 2010 e Dezembro de 2011.

Noutras componentes do Activo líquido, durante o ano de 2011 o banco reduziu de forma significativa os volumes de aplicações em Títulos em cerca de 70%, em contrapartida do aumento de componentes mais líquidas, designadamente das disponibilidades em outras instituições de crédito. Em termos líquidos o Activo total aumenta assim cerca de 7% face ao ano transacto, atingindo em Dezembro de 2011 um valor de 493 milhões de euros.

A evolução das taxas de juro de mercado em 2011, com uma primeira fase de tendência de subida a que se seguiu depois um período de descida, conjugada com uma tendência de redução da margem de juro nas operações passivas sistematicamente pressionada pela forte concorrência no mercado nacional pela captação de depósitos de clientes, teve impacto directo no aumento significativo do custo de juros pagos. No entanto, o crescimento dos valores de juros recebidos proporcionado por uma judiciosa política de aplicação das disponibilidades do banco permitiu que o valor da Margem Financeira finalizasse o ano em níveis praticamente similares aos do ano anterior.

A actividade relativa à gestão da carteira própria, conjugada com os resultados cambiais obtidos num contexto de maior volatilidade cambial do euro face ao dólar americano, e levando também em conta outros resultados de exploração, gerou um conjunto de proveitos líquidos que ficaram cerca de 17% abaixo dos resultados obtidos nestas áreas no ano anterior. Esta redução foi parcialmente compensada pelo crescimento de 12,5% verificado no conjunto das comissões recebidas e pagas pelo banco, para cuja evolução foi também relevante o valor dos resultados obtidos nas áreas de negócio *wholesale* e internacional nas suas componentes relativas à prestação de serviços especializados a clientes institucionais internacionais. Esta evolução positiva na componente de comissões líquidas permitiu que o Produto Bancário atingisse os 26 milhões de euros em 2011, significando mesmo assim uma redução de cerca de 4% face ao ano anterior. Para esta redução do Produto Bancário contribui, já no final do exercício

de 2011, a necessidade de registo da contribuição exigida pelo Sistema de Indemnização aos Investidores relativamente ao designado caso BPP.

A contenção dos custos operacionais foi possível, não só pela redução dos custos com pessoal em 2%, mas também pela poupança da mesma ordem de grandeza alcançada nos outros custos operativos, representando em conjunto uma diminuição de 0,3 milhões de euros face ao ano anterior. O nível de amortizações realizadas no exercício diminuiu sensivelmente para 0,8 milhões de euros, uma redução de 35% face ao ano anterior.

Nas provisões para crédito e atendendo ao adequado nível de garantias de cobertura do crédito concedido registou-se em 2011 um nível de reposição de provisões que ultrapassa o valor das necessidades de reforços, factor que conjugado com a diminuição das provisões por imparidade de outros activos face ao ano anterior conduziu a uma redução significativa do conjunto das rubricas da conta de exploração relativas a provisões.

Os capitais próprios do Banco Best foram reforçados em 2011 em função directa da política de incorporação integral dos resultados líquidos do exercício anterior, pelo que o rácio Core Tier 1 foi consideravelmente reforçado ao aumentar dos 13,3% em Dezembro de 2010 para os 16,5% atingidos no final do exercício de 2011, valor substancialmente superior aos valores mínimos legalmente exigidos.

Não obstante o Banco Best ter continuado a utilizar ainda em 2011 as deduções por prejuízos fiscais de anos anteriores resultantes do período de investimento inicial e lançamento da actividade do Banco Best, o valor da provisão para impostos sobre lucros, incluindo a contribuição especial para o sector bancário, ascendeu a 0,3 milhões de euros, registando um crescimento de cerca de 6% face ao ano anterior.

Em termos finais o Resultado Líquido do Banco Best atingiu os 7 milhões de euros em 2011, representando um crescimento de 21% face ao ano anterior.

III – Composição Accionista e Órgãos Sociais

No exercício de 2011 a composição accionista do Banco Best não sofreu alterações, mantendo-se o seguinte quadro:

Accionistas	Nº de acções	%
Espírito Santo Tech Ventures, SGPS, SA	21 398 220	33.96543%
Banco Espírito Santo, SA	20 181 680	32.03441%
Saxo Bank A/S	15 750 000	25.00000%
Espírito Santo Financial Group, SA	5 670 000	9.00000%
Banco Espírito Santo de Investimento, SA	100	0.00016%
Total	63 000 000	100.00000%

Na Assembleia Geral Anual do BEST realizada a 26 de Março de 2010 foram eleitos os **Órgãos Sociais** para o triénio 2010/2012 tendo o novo accionista Saxo Bank designado 2 Administradores não executivos bem como o Secretário da Mesa da Assembleia Geral.

A composição dos Órgãos Sociais do BEST em 31 de Dez.2011 era a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira (Presidente)

Henrik Klæbel (Secretário)

Conselho de Administração

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado (Presidente)

Isabel Maria Ferreira Possantes Rodrigues Cascão (Vice-Presidente)

Marília Boavida Correia Cabral (Vogal)

Pedro Alexandre Lemos Cabral das Neves (Vogal)

Francisco José Valente Hipólito dos Santos (Vogal)

Isabel Maria Carvalho de Almeida Bernardino (Vogal)

Ana Rita Gomes Barosa (Vogal)

Enrique Finkelstein (Vogal)

Conselho Fiscal

José Manuel Macedo Pereira (Presidente)

Luís Manuel Santos Botelho (Vogal)

Elísio Armando da Cruz Cardoso (Vogal)

Vogal Suplente: Paulo Alexandre Nunes Nogueira (Vogal Suplente)

Revisor Oficial de Contas

KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por Fernando Gustavo Duarte Antunes, revisor oficial de contas número 1233. (Efectivo)

Jean-Eric Gaign, revisor oficial de contas número 1013 (Suplente)

No Conselho de Administração de 28 de Setembro de 2011 foi aceite a resignação do Administrador designado pelo Saxo Bank, Stig Pastwa, tendo sido nomeado em sua substituição e por cooptação Karina Deacon. Antes do final do exercício de 2011 Karina Deacon apresentou a sua resignação ao cargo.

IV - Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício

Nada a assinalar.

V – Perspectivas de actividade futura

As perspectivas macroeconómicas para o ano de 2012 apontam para um crescimento económico mundial relativamente modesto e mesmo recessão em algumas regiões, nomeadamente na zona Euro. Desta forma é expectável uma descida das taxas de inflação e uma tendência global para políticas monetárias mais expansionistas. A economia portuguesa será marcada pelos efeitos do programa de ajustamento em curso e processo de desalançamento em vários sectores, particularmente no sector financeiro, pelo que é expectável um aumento da taxa de desemprego e uma contracção do PIB com algum significado.

Face às incertezas da envolvente macroeconómica e capitalizando o tipo de competências nucleares em que tem baseado a sua progressão, o Banco Best estima centrar o desenvolvimento da sua actividade em 2012 nos seguintes vectores:

- No desenvolvimento das áreas de negócio internacional e wholesale, aprofundando a implantação da iniciativa lançada no Reino Unido em conjunto com o Saxo Bank no final de 2011 e desenvolvendo a prestação de serviços de Asset Management a clientes institucionais;
- Na diversificação e independência da sua oferta financeira, mantendo uma gama alargada de produtos e serviços de *Asset Management* e de *Trading* que visa a satisfação das necessidades de diversificação de activos financeiros e moedas sublimadas pelos crescentes desafios do enquadramento macroeconómico;
- No desenvolvimento da venda cruzada designadamente através da refinação da oferta de crédito colateralizado adaptada ao património dos clientes de *Asset Management* e *Trading* e aproveitando o potencial proporcionado pelo actual baixo rácio de transformação de depósitos em crédito na ordem dos 25,5%;

- No contínuo melhoramento da distribuição dos produtos financeiros, bancários e seguradores numa óptica multicanal e procurando maximizar a eficiência e eficácia dos diferentes canais de distribuição;

Por outro lado e simultaneamente mantém-se o esforço de controlo e contenção de custos, melhorando os níveis de eficiência do banco num contexto de mercado crescentemente desafiador, mantendo-se contudo o investimento e desenvolvimento da plataforma informática de forma a suportar o futuro desenvolvimento e expansão nacional e internacional do Banco Best.

VI - Proposta de aplicação de resultados

Nos termos da alínea f) do nº 5 do artº 66º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração do Banco Best propõe para aprovação da Assembleia Geral de Accionistas, que o resultado líquido apurado no exercício, positivo no montante de 7.058.543,85 euros (sete milhões, cinquenta e oito mil quinhentos e quarenta e três euros e oitenta e cinco cêntimos) seja objecto da seguinte aplicação:

- 705.854,39 euros para Reserva Legal
- 6.352.689,46 euros transferido para a conta de Resultados Transitados para cobertura parcial dos resultados negativos de exercícios anteriores.

VII – Referências finais

Ao concluir o Relatório de Gestão relativo à actividade desenvolvida em 2011, o Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento pela cooperação dispensada, no âmbito das suas atribuições, a todos quanto contribuíram para a realização dos objectivos estabelecidos, designadamente:

- Às Autoridades Monetárias e Financeiras e entidades de supervisão, nomeadamente o Banco de Portugal, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e o Instituto de Seguros de Portugal pela colaboração e apoio sempre manifestado;
- Aos nossos Clientes pela confiança e preferência demonstrada;
- Aos Accionistas pelo seu apoio constante e acompanhamento interessado na actividade do Banco;
- Aos membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal, ao Revisor Oficial de Contas e ao Secretário da Sociedade pela atitude participativa e construtiva sempre manifestada;
- A Stig Pastwa Administrador designado pelo Saxo Bank que apresentou a sua resignação no Conselho de Administração de 28 de Setembro de 2011 pelo contributo que deu ao desenvolvimento do Banco Best;
- Aos Colaboradores, pelo empenhamento, motivação, disponibilidade e competência profissional demonstrada.

Lisboa, 1 de Março de 2012

O Conselho de Administração:

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado

Isabel Maria Ferreira Possantes Rodrigues Cascão

Isabel Maria Carvalho de Almeida Bernardino

Ana Rita Gomes Barosa

Enrique Finkelstein

Marília Boavida Correia Cabral

Pedro Alexandre Lemos Cabral das Neves

Francisco José Valente Hipólito dos Santos

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS

BEST - BANCO ELECTRÓNICO DE SERVIÇO TOTAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2011	31.12.2010
Juros e proveitos similares	5	13 079	8 711
Juros e custos similares	5	8 924	4 604
Margem financeira		4 155	4 107
Rendimentos de instrumentos de capital		29	29
Rendimentos de serviços e comissões	6	14 802	12 796
Encargos com serviços e comissões	6	(4 485)	(3 625)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	398	976
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	(49)	232
Resultados de reavaliação cambial	9	11 193	11 724
Resultados na alienação de outros activos financeiros		1 135	-
Outros resultados de exploração	10	(1 188)	933
Proveitos operacionais		25 990	27 172
Custos com pessoal	11	6 387	6 522
Gastos gerais administrativos	12	11 564	11 765
Depreciações e amortizações	22 e 23	776	1 194
Provisões líquidas de anulações	27	(368)	422
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	19	293	237
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	17 e 20	(47)	895
Custos operacionais		18 605	21 035
Resultado antes de impostos		7 385	6 137
Impostos			
Correntes	28	326	308
Resultado líquido do exercício		7 059	5 829
Resultados por acção básicos (Euros)	13	0,11	0,09
Resultados por acção diluídos (Euros)	13	0,11	0,09

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

BEST - BANCO ELECTRÓNICO DE SERVIÇO TOTAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Resultado líquido do exercício	7 059	5 829
Outro rendimento integral do período depois de impostos		
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	(638)	16
	(638)	16
Total do rendimento integral do exercício	6 421	5 845

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

BEST - BANCO ELECTRÓNICO DE SERVIÇO TOTAL, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2011	31.12.2010
Activo			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14	163 573	49 717
Activos financeiros detidos para negociação	15	254	582
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	16	-	825
Activos financeiros disponíveis para venda	17	67 443	214 452
Aplicações em instituições de crédito	18	150 051	80 191
Crédito a clientes	19	106 841	96 872
Investimentos detidos até à maturidade	20	-	14 448
Derivados para gestão do risco	21	42	78
Outros activos tangíveis	22	1 757	2 059
Activos intangíveis	23	11	361
Activos por impostos correntes		221	212
Outros activos	24	3 220	2 480
Total de Activo		493 413	462 277
Passivo			
Passivos financeiros detidos para negociação	15	57	150
Recursos de outras instituições de crédito	25	22 426	62 495
Recursos de clientes	26	421 445	354 057
Derivados para gestão do risco	21	4 747	6 602
Provisões	27	800	1 190
Passivos por impostos correntes		177	220
Outros passivos	29	3 772	3 995
Total de Passivo		453 424	428 709
Capital Próprio			
Capital	30	63 000	63 000
Reservas de justo valor	31	(3 399)	(2 761)
Outras reservas e resultados transitados	31	(26 671)	(32 500)
Resultado líquido do exercício		7 059	5 829
Total de Capital Próprio		39 989	33 568
Total de Passivo e Capital Próprio		493 413	462 277

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

BEST - BANCO ELECTRÓNICO DE SERVIÇO TOTAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(milhares de euros)

	Capital	Reservas de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	63 000	(2 777)	(37 076)	4 576	27 723
Rendimento integral:					
Alterações de justo valor (ver Nota 31)	-	16	-	-	16
Resultado líquido do exercício	-	-	-	5 829	5 829
Total do rendimento integral	-	16	-	5 829	5 845
Constituição de reservas	-	-	4 576	(4 576)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	63 000	(2 761)	(32 500)	5 829	33 568
Rendimento integral:					
Alterações de justo valor (ver Nota 31)	-	(638)	-	-	(638)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	7 059	7 059
Total do rendimento integral	-	(638)	-	7 059	6 421
Constituição de reservas	-	-	5 829	(5 829)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	63 000	(3 399)	(26 671)	7 059	39 989

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

BEST - BANCO ELECTRÓNICO DE SERVIÇO TOTAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2011	31.12.2010
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		12 602	10 050
Juros e custos pagos		(7 844)	(4 483)
Serviços e comissões recebidas		14 802	12 796
Serviços e comissões pagas		(4 485)	(3 625)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(17 977)	(19 182)
		(2 902)	(4 444)
<i>Variação nos activos e passivos operacionais:</i>			
Compra de activos financeiros ao justo valor através de resultados		235	7 852
Venda de activos financeiros ao justo valor através de resultados		1 223	(7 586)
Aplicações em outras instituições de crédito		(69 649)	(15 850)
Recursos de outras instituições de crédito		(41 148)	(32 183)
Crédito a clientes		(9 870)	(36 884)
Recursos de clientes		66 198	38 907
Derivados para gestão do risco		(1 819)	(675)
Outros activos e passivos operacionais		(820)	821
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		(58 552)	(50 042)
Impostos sobre os lucros pagos		(378)	(247)
		(58 930)	(50 289)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento			
Dividendos recebidos		29	29
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(694)	(159 420)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		150 385	221 948
Maturidades de investimentos detidos até à maturidade		10 808	3 222
Compra de imobilizações		(124)	(107)
		160 404	65 672
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		101 474	15 383
Caixa e equivalentes no início do exercício		42 591	15 483
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		11 193	11 725
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		101 474	15 383
Caixa e equivalentes no fim do período		155 258	42 591
Caixa e equivalentes engloba:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14	163 573	49 717
Disponibilidades em Bancos Centrais de natureza obrigatória (a)		(8 315)	(7 126)
Total		155 258	42 591

(a) o BEST constitui as suas reservas mínimas indirectamente através do Banco Espírito Santo, S.A (ver Nota 14)

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em milhares de euros, excepto quando indicado)

NOTA 1 – ACTIVIDADE

O **BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A. (Banco ou BEST)** é uma instituição financeira com sede em Portugal. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, Banco Central e demais agentes reguladores para operar em Portugal.

O BEST foi constituído por escritura pública de 9 de Maio de 2001, com o capital social de 32 422 milhares de euros, tendo iniciado a sua actividade em 25 de Junho desse ano. Em 2002 e 2003 o Banco aumentou o capital social para 43 000 e 55 000 milhares de euros, respectivamente (ver Nota 30). Em 2005, ocorreu um novo aumento de capital para 61 000 milhares de euros, e em 2006 passou a 63 000 milhares de euros.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, conjuntamente com os seus recursos próprios, na concessão de crédito, em títulos e em outros activos, prestando ainda outros serviços bancários no país.

Com o objectivo de aliar o dinamismo e capacidade de inovação do BEST à experiência do Banco Espírito Santo, S.A. (BES), foi celebrado com essa instituição, em 2001, um contrato de prestação de serviços, no sentido de assegurar o funcionamento das suas áreas administrativas e operacionais.

Desde a sua constituição, o Banco faz parte do Grupo Banco Espírito Santo, pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas integralmente pelo BES, com sede na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa. A partir de 2009, o Saxo Bank passou a consolidar o Banco pelo método de equivalência patrimonial, em virtude da participação adquirida.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Banco Electrónico de Serviço Total, S.A. (Banco ou BEST) são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais do BEST agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2011.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2011 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2010.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 1 de Março de 2012.

2.2. Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são reconhecidas em reservas.

2.3. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Classificação

O Banco classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

- Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

- Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

- Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos exercícios em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Banco não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.4. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo valor nominal não podendo ser reclassificado para as restantes categorias de activos financeiros.

O Banco, de acordo com a sua estratégia documentada de gestão do risco, contrata operações de derivados (derivados para gestão do risco) com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos riscos de determinados créditos a clientes, sem contudo apelar à contabilidade de cobertura tal como descrita na Nota 2.3. Nestas situações, o reconhecimento inicial de tais créditos é concretizado através da designação dos créditos ao justo valor através de resultados. Desta forma, é assegurada a consistência na valorização dos créditos e dos derivados (*accounting mismatch*). Esta prática está de acordo com a política contabilística de classificação, reconhecimento e mensuração de activos financeiros ao justo valor através de resultados descrita na Nota 2.5.

Imparidade

O Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Banco avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Banco utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não exista evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Caso estejamos perante um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Banco. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Banco de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

De acordo com as NCA, o valor dos créditos deve ser objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência para que reflecta a todo o tempo o seu valor realizável. Esta correcção de valor (imparidade) não poderá ser inferior ao que for determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, o qual estabelece o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

Quando o Banco considera que determinado crédito é incobrável havendo sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

2.5. Outros activos financeiros

Classificação

O Banco classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Activos financeiros ao justo valor através dos resultados*

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de títulos em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A Nota 15 contém um sumário dos activos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Banco que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

- *Investimentos detidos até à maturidade*

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- *Activos financeiros disponíveis para venda*

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias acima referidas.

Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) investimentos activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções e outros instrumentos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Transferências entre categorias

O Banco apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

Imparidade

Em conformidade com as NCA, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções ou outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor de mercado abaixo do seu valor de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos investimentos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no investimento activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.6. Activos cedidos com acordo de recompra e empréstimo de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (repos) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (reverse repos) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.5. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.7. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, as quais são registadas ao justo valor.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade emitente.

2.8. Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.9. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.10. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 12
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.11. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos a qual se situa normalmente entre 3 e 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.12. Locações

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Banco à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.13. Benefícios aos empregados

Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV)

O BEST estabeleceu um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2011), que terminou no primeiro semestre de 2011.

Ao abrigo deste plano de incentivos, os colaboradores do BEST tinham o direito ao recebimento em dinheiro, no futuro, correspondente à apreciação do valor das acções do BES acima de um determinado preço pré-estabelecido (strike price). Para tal, os colaboradores tinham de permanecer ao serviço do Banco por um período mínimo de 3 anos.

Este plano de pagamentos de remuneração variável enquadrava-se no âmbito do IFRS 2 – Pagamento com base em acções e correspondia a um pagamento em dinheiro baseado em acções. O justo valor deste benefício, determinado na data da sua atribuição, foi imputado a resultados, como custo com pessoal, ao longo do período de serviço dos 3 anos definido para o programa. O passivo resultante era reavaliado à data de cada balanço, sendo a variação de justo valor reconhecida em resultados na rubrica de lucros/prejuízos de operações financeiras.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (participação nos lucros)

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração, são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.14. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.15. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Banco terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.16. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.3), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão do risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.17. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na syndicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.18. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.19. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.20. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Bancos Centrais e outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais (os quais são constituídos através do Banco Espírito Santo, SA).

NOTA 3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As NCA estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Banco recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses;

(ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.4, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas, quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.4. Investimentos detidos até à maturidade

O Banco classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Banco avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Banco não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Banco. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

3.5. Impostos sobre os lucros

O Banco encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de

Administração do Banco de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

NOTA 4 – REPORTE POR SEGMENTOS

Considerando que o Banco não detém títulos de capital próprio ou de dívida que sejam negociados publicamente, à luz do parágrafo 2 do IFRS 8 – Segmentos Operacionais, o Banco não apresenta informação relativa aos segmentos.

NOTA 5 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)						
	31.12.2011			31.12.2010		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e proveitos similares						
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	4 766	-	4 766	4 878	-	4 878
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	4 224	-	4 224	643	-	643
Juros de crédito	3 804	-	3 804	2 399	-	2 399
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	26	26	-	53	53
Juros de derivados para gestão de risco	-	101	101	-	529	529
Juros de investimentos detidos até à maturidade	158	-	158	209	-	209
	<u>12 952</u>	<u>127</u>	<u>13 079</u>	<u>8 129</u>	<u>582</u>	<u>8 711</u>
Juros e custos similares						
Juros de recursos de clientes	7 156	225	7 381	3 403	27	3 430
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	482	-	482	606	-	606
Juros de derivados para gestão de risco	-	1 061	1 061	-	568	568
	<u>7 638</u>	<u>1 286</u>	<u>8 924</u>	<u>4 009</u>	<u>595</u>	<u>4 604</u>
	5 314	(1 159)	4 155	4 120	(13)	4 107

A rubrica de proveitos e custos relativos a juros de derivados para gestão de risco inclui, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3, os juros de derivados de cobertura e os juros dos derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, conforme política contabilística descrita nas Notas 2.4, 2.5 e 2.7.

NOTA 6 – RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	8 310	8 239
Por operações realizadas com títulos	5 327	2 976
Por compromissos perante terceiros	9	-
Outros rendimentos de serviços e comissões	1 156	1 581
	14 802	12 796
Encargos com serviços e comissões		
Por operações realizadas com títulos	463	744
Por serviços bancários prestados por terceiros	779	848
Outros encargos com serviços e comissões	3 243	2 033
	4 485	3 625
	10 317	9 171

NOTA 7 – RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos e passivos detidos para negociação						
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	258	485	(227)	1 221	924	297
Contratos sobre taxas de juro	13	88	(75)	73	82	(9)
Contratos sobre acções/índices	18 899	15 752	3 147	12 663	11 780	883
Outros contratos	37	-	37	-	-	-
	19 207	16 325	2 882	13 957	12 786	1 171
Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	-	22	(22)	735	13	722
Passivos financeiros ⁽¹⁾						
Recursos de clientes	464	2 926	(2 462)	4 203	5 120	(917)
	464	2 948	(2 484)	4 938	5 133	(195)
	19 671	19 273	398	18 895	17 919	976

(1) Inclui a variação de justo valor de activos/passivos objecto de cobertura ou *fair value option*

NOTA 8 – RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	31.12.2011			31.12.2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	-	47	(47)	295	63	232
Acções	-	2	(2)	-	-	-
	-	49	(49)	295	63	232

NOTA 9 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	31.12.2011			31.12.2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	14 665	3 472	11 193	16 702	4 978	11 724
	14 665	3 472	11 193	16 702	4 978	11 724

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.

NOTA 10 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Outros proveitos de exploração	573	1 796
Outros custos de exploração		
Impostos directos e indirectos	135	67
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	71	102
Quotizações e donativos	-	2
Outros	1 555	692
	1 761	863
	(1 188)	933

Os impostos directos e indirectos incluem 78 milhares de euros relativos ao custo relacionado com a Contribuição sobre o Sector Bancário, criada através da Lei nº55-A/2010, de 31 de Dezembro (ver Nota 28).

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de Outros inclui um custo de 478 milhares de euros relativos ao Sistema de Indemnização aos Investidores.

NOTA 11 – CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Vencimentos e salários	5 170	5 363
Outros encargos sociais obrigatórios	1 069	1 060
Outros custos	148	99
	6 387	6 522

As remunerações e outros benefícios atribuídos ao Conselho de Administração do Banco são apresentados como se segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Conselho de Administração		
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	262	262
Benefícios pós emprego e outros encargos sociais	33	34
Remunerações variáveis	36	81
	331	377
Conselho fiscal	10	5
	341	382

Em 31 de Dezembro de 2011, o valor do crédito concedido aos Órgãos de Gestão do Banco ascendia a 5 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 5 milhares de euros).

Por categoria profissional, o número de colaboradores do Banco analisa-se como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Funções directivas	26	19
Funções específicas	117	117
Funções administrativas	28	25
	171	161

NOTA 12 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Publicidade e publicações	2 095	2 490
Comunicações e expedição	1 132	1 101
Rendas e alugueres	1 438	1 435
Deslocações e representação	244	335
Material de consumo corrente	70	62
Água, energia e combustíveis	159	144
Transportes	18	20
Seguros	44	191
Conservação e reparação	40	41
Formação	65	33
Serviços de Informática	2 898	2 621
Judiciais, contencioso e notariado	18	226
Mão-de-obra eventual	71	53
Sistema electrónico de pagamentos	103	124
Segurança e vigilância	4	3
Trabalho Independente	74	58
Call Center	956	895
Cedência de recursos humanos	1 612	1 258
Outros custos	523	675
	11 564	11 765

Os vencimentos das rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional não canceláveis são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Até um ano	275	226
De um a cinco anos	377	116
	652	342

Os honorários facturados durante os exercícios de 2011 e 2010 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas detalham-se como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Serviços de Revisão legal das contas	16	16
Outros serviços de garantia de fiabilidade decorrentes da função de Revisor oficial de contas	37	23
Valor total dos serviços facturados	53	39

NOTA 13 – RESULTADOS POR ACÇÃO

Resultados por acção básicos

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco	<u>7 059</u>	<u>5 829</u>
Número médio de acções ordinárias em circulação (milhares)	<u>63 000</u>	<u>63 000</u>
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do Banco (em euros)	0,11	0,09

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco.

NOTA 14 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	136 871	49 539
Cheques a cobrar	144	178
	137 015	49 717
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Outras disponibilidades	26 558	-
	26 558	-
	163 573	49 717

De acordo com o artigo 10º do Regulamento n.º 2818/98 do Banco Central Europeu de 1 de Dezembro, e através da carta circular com referência n.º 204/DMRCF/DMC de 5 de Junho de 2001, o Banco de Portugal autorizou o BEST a constituir as suas reservas mínimas indirectamente através do Banco Espírito Santo, S.A. Mensalmente o BEST regulariza através de uma conta de depósito junto do BES o valor respeitante ao nível mínimo de reservas de caixa a constituir. A 31 de Dezembro de 2011, o saldo daquela conta era de 8 315 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 7 126 milhares de euros), tendo a taxa média de remuneração no ano sido de 1,25% (31 de Dezembro de 2010: 1,00%).

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

NOTA 15 – ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Activos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	254	582
Passivos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos financeiros com justo valor negativo	57	150

Os instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, podem ser analisados como segue:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward						
- compras	6 117	250	57	24 427	428	8
- vendas	5 925			24 008		
	12 042	250	57	48 435	428	8
Contratos sobre taxas de juro						
Interest Rate Swaps	2 200	4	-	2 200	13	-
Contratos sobre acções/índices						
Equity / Index Options	-	-	-	528	141	142
TOTAL	14 242	254	57	51 163	582	150

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o escalonamento dos instrumentos financeiros de negociação por prazos de vencimento é como segue:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor
Até 3 meses	12 042	193	48 262	410
De 3 meses a um ano	2 200	4	701	9
De um a cinco anos	-	-	2 200	13
	14 242	197	51 163	432

NOTA 16 – OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados apresenta os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	-	825
	-	825

A opção do Banco para designar estes activos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, conforme política contabilística descrita na Nota 2.5, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do Banco, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o escalonamento desta rubrica por prazos de vencimento, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
De 3 meses a um ano	-	825
	-	825

Os títulos que compõem a carteira de activos financeiros ao justo valor através de resultados em 31 de Dezembro de 2010 não são cotados em bolsa.

NOTA 17 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	Custo ⁽¹⁾	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	1 164	-	(287)	-	877
De outros emissores	69 129	4	(3 116)	-	66 017
Acções	549	-	-	-	549
Outros títulos	167	-	-	(167)	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	71 009	4	(3 403)	(167)	67 443
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	1 027	-	(51)	-	976
De outros emissores	215 107	-	(2 183)	-	212 924
Acções	552	-	-	-	552
Outros títulos de rendimento variável	167	-	-	(167)	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	216 853	-	(2 234)	(167)	214 452

⁽¹⁾ Custo de aquisição no que se refere a acções e outros instrumentos de capital, e custo amortizado para títulos de dívida

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.5, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

A rubrica Activos financeiros disponíveis para venda inclui 1 073 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 876 milhares de euros) de títulos dados em garantia pelo Banco, cujo detalhe é apresentado na Nota 32.

Durante os exercícios de 2011 e 2010 não se verificaram movimentos nas perdas por imparidade para Activos financeiros disponíveis para venda.

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o escalonamento de Activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	657	754
De 3 meses a um ano	-	55 011
De um a cinco anos	60 590	155 328
Mais de cinco anos	5 647	2 807
Duração indeterminada	549	552
	67 443	214 452

Esta rubrica no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	877	-	877	976	-	976
De outros emissores	4 258	61 759	66 017	2 765	210 159	212 924
Acções	-	549	549	3	549	552
	5 135	62 308	67 443	3 744	210 708	214 452

NOTA 18 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos	140 288	32 277
Empréstimos	-	6
	140 288	32 283
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Empréstimos	9 763	24 127
Outras aplicações	-	23 781
	9 763	47 908
	150 051	80 191

As principais aplicações em Instituições de crédito no país, em 31 de Dezembro de 2011, vencem juros à taxa média anual de 1,09% (31 de Dezembro de 2010: 0,76%).

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o escalonamento das Aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	147 815	53 996
De 3 meses a um ano	-	23 968
De um a cinco anos	2 236	2 206
Mais de cinco anos	-	21
	150 051	80 191

NOTA 19 – CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Crédito interno		
A empresas		
Créditos em conta corrente	39 532	33 372
A particulares		
Consumo e outros	60 270	59 517
	99 802	92 889
Crédito ao exterior		
A particulares		
Consumo e outros	6 507	4 089
	6 507	4 089
Crédito e juros vencidos		
Até 3 meses	379	61
De 3 meses a 1 ano	580	158
De 1 a 3 anos	186	343
Há mais de 3 anos	91	238
	1 236	800
	107 545	97 778
Perdas por imparidade	(704)	(906)
	106 841	96 872

O escalonamento do crédito a clientes, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, por prazos de vencimento, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	19 349	6 727
De 3 meses a um ano	61 161	69 308
De um a cinco anos	22 541	13 219
Mais de cinco anos	3 258	7 724
Duração indeterminada	1 236	800
	107 545	97 778

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas como correcção aos valores do crédito no activo, foram os seguintes:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo inicial	906	682
Dotações	864	419
Utilizações	(495)	(13)
Reversões	(571)	(182)
Saldo Final	704	906

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2011, o Banco tem 679 milhares de euros de provisões para riscos gerais de crédito (31 de Dezembro de 2010: 1 035 milhares de euros), as quais de acordo com as NCA são apresentadas no passivo (ver Nota 27).

Todos os créditos concedidos pelo Banco têm taxa variável.

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentado na Nota 34.

NOTA 20 – INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Os investimentos detidos até à maturidade podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	-	15 697
Perdas por imparidade	-	(1 249)
	-	14 448

O escalonamento dos investimentos detidos até à maturidade, por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	-	3 028
De 3 meses a um ano	-	7 346
De um a cinco anos	-	-
Mais de cinco anos	-	4 074
	-	14 448

Esta rubrica no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	(milhares de euros)					
	31.12.2011			31.12.2010		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	-	-	-	14 000	448	14 448
	-	-	-	14 000	448	14 448

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade para Investimentos detidos até à maturidade, foram os seguintes:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo inicial	1 249	354
Dotações	2	1 815
Utilizações	(1 203)	-
Reversões	(49)	(920)
Diferenças de câmbio e outras	1	-
Saldo final	-	1 249

NOTA 21 – DERIVADOS PARA GESTÃO DO RISCO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o justo valor dos derivados para gestão do risco, analisam-se como segue:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Derivados de cobertura	Derivados para gestão do risco	Total	Derivados de cobertura	Derivados para gestão do risco	Total
Derivados para gestão do risco						
Derivados para gestão do risco - Activo	-	42	42	-	78	78
Derivados para gestão do risco - Passivo	(36)	(4 711)	(4 747)	-	(6 602)	(6 602)
	(36)	(4 669)	(4 705)	-	(6 524)	(6 524)
Justo valor dos Activos e Passivos cobertos						
Activos financeiros						
Crédito a clientes	37	-	37	-	-	-
	37	-	37	-	-	-
Passivos financeiros						
Recursos de clientes	-	3 920	3 920	-	6 383	6 383
	-	3 920	3 920	-	6 383	6 383
	37	3 920	3 957	-	6 383	6 383

Conforme política contabilística descrita na Nota 2.3, a rubrica de Derivados para gestão do risco inclui os derivados de cobertura e os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

Em 31 de Dezembro de 2011, as operações de cobertura de justo valor não apresentam inefectividade.

Derivados de cobertura

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2011 podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

31.12.2011							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽²⁾	Var. justo valor do derivado no ano	Componente de justo valor do elemento coberto ⁽¹⁾	Variação do justo valor do elemento coberto no ano ⁽¹⁾
<i>Interest Rate Swap</i>	Crédito a clientes	Taxa de Juro	666	(36)	(37)	37	37
			666	(36)	(37)	37	37

⁽¹⁾ Atribuível ao risco coberto
⁽²⁾ Inclui juro corrido

Outros derivados para gestão do risco

Os outros derivados para gestão do risco incluem instrumentos destinados a cobrir o risco associado a determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme política contabilística descrita na Nota 2.3 e que o Banco não designou para contabilidade de cobertura, como segue:

(milhares de euros)

31.12.2011								
Produto derivado	Activo/ Passivo financeiro associado	Derivado			Activo/passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
	Passivo							
<i>Interest Rate Swap</i>	Recursos de clientes	1 350	37	(38)	(7)	37	298	292
<i>Index Swap</i>	Recursos de clientes	9 817	(4 706)	3 147	3 927	(2 499)	4 330	8 257
		11 167	(4 669)	3 109	3 920	(2 462)	4 628	8 549

(milhares de euros)

31.12.2010								
Produto derivado	Activo/ Passivo financeiro associado	Derivado			Activo/passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
	Passivo							
<i>Interest Rate Swap</i>	Recursos de clientes	1 350	75	(9)	(17)	2	339	322
<i>Index Swap</i>	Recursos de clientes	13 893	(6 599)	882	6 400	(919)	3 813	10 213
		15 243	(6 524)	873	6 383	(917)	4 152	10 535

As operações de derivados para gestão do risco a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, em termos de prazos de vencimento, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011		31.12.2010	
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor
Até 3 meses	9 817	(4 706)	2 800	(816)
De 3 meses a um ano	1 350	37	-	-
Mais de cinco anos	666	(36)	12 443	(5 708)
	11 833	(4 705)	15 243	(6 524)

NOTA 22 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Imóveis		
Beneficiações em edifícios arrendados	1 235	1 206
	1 235	1 206
Equipamento		
Equipamento informático	1 296	1 218
Mobiliário e material	1 306	1 288
Máquinas e ferramentas	107	107
Instalações interiores	503	497
Equipamento de segurança	56	54
Outros	1	1
	3 269	3 165
Imobilizações em curso	4	20
	4 508	4 391
Depreciação acumulada	(2 751)	(2 332)
	1 757	2 059

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)				
	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	867	2 799	629	4 295
Adições	-	75	21	96
Transferências	339	291	(630)	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	1 206	3 165	20	4 391
Adições	-	84	33	117
Transferências	29	20	(49)	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	1 235	3 269	4	4 508
Depreciações				
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	277	1 630	-	1 907
Depreciações do exercício	118	307	-	425
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	395	1 937	-	2 332
Depreciações do exercício	121	299	-	420
Outros movimentos	-	(1)	-	(1)
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	516	2 235	-	2 751
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2011	719	1 034	4	1 757
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2010	811	1 228	20	2 059

NOTA 23 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2011	31.12.2010
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	11 103	11 097
Amortização acumulada	(11 092)	(10 736)
	11	361

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Total
Custo de aquisição			
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	11 086	-	11 086
Adições:			
Adquiridas a terceiros	11	-	11
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	11 097	-	11 097
Adições:			
Adquiridas a terceiros	6	-	6
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	11 103	-	11 103
Amortizações			
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	9 967	-	9 967
Amortizações do exercício	769	-	769
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	10 736	-	10 736
Amortizações do exercício	356	-	356
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	11 092	-	11 092
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2011	11	-	11
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2010	361	-	361

NOTA 24 – OUTROS ACTIVOS

A rubrica Outros activos a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Devedores e outras aplicações	1 248	1 022
Outros activos	14	14
Proveitos a receber	947	1 189
Despesas com custo diferido	1 011	255
	3 220	2 480

NOTA 25 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica Recursos de outras instituições de crédito é apresentada como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
No país		
Depósitos em instituições de crédito no país	12 303	53 899
Empréstimos		
Operações com acordo de recompra	2 954	2 952
Outros recursos	3 685	-
	18 942	56 851
No estrangeiro		
Depósitos	3 484	5 644
	3 484	5 644
	22 426	62 495

O escalonamento dos Recursos de outras instituições de crédito, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	15 875	35 582
De 3 meses a um ano	6 551	23 968
De um a cinco anos	-	2 945
	22 426	62 495

NOTA 26 – RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quando à sua natureza, como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Depósitos à vista	149 851	205 954
Depósitos a prazo	267 085	144 167
Depósitos de poupança	3 502	2 778
Outros recursos	1 007	1 158
	421 445	354 057

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Exigível à vista	149 851	205 954
Exigível a prazo		
Até 3 meses	205 356	117 617
De 3 meses a um ano	63 955	29 460
De um a cinco anos	223	1 026
Mais de cinco anos	2 060	-
	271 594	148 103
	421 445	354 057

Esta rubrica inclui 4 628 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 4 152 milhares de euros) de recursos de clientes registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 21).

NOTA 27 – PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Provisões inclui a provisão para riscos gerais de crédito no valor de 679 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 1 035 milhares de euros) e provisões para outros riscos e encargos no valor de 121 milhares de euros. O movimento ocorrido nesta rubrica apresenta-se como segue:

	(milhares de euros)		
	Provisão para riscos gerais de crédito	Outras provisões	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	614	155	769
Dotações / (Reversões)	422	-	422
Outros movimentos	(1)	-	(1)
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	1 035	155	1 190
Dotações / (Reversões)	(356)	(12)	(368)
Utilizações	-	(22)	(22)
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	679	121	800

NOTA 28 – IMPOSTOS

O Banco está sujeito à tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama. O cálculo do imposto corrente do exercício de 2010 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, e a Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais). O imposto corrente relativo ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, acrescida de uma taxa adicional de 2,5% referente à Derrama Estadual prevista no âmbito das medidas adicionais do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) aprovadas pela Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho.

As declarações de autoliquidação do Banco ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco que, no contexto das demonstrações financeiras, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

Em 31 de Dezembro de 2011, o Banco apresenta prejuízos fiscais reportáveis no montante de 1 981 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 17 814 milhares de euros), conforme se apresenta de seguida:

(milhares de euros)					
Ano do prejuízo fiscal	Valor	Ano de utilização	Valor utilizado	Saldo	Ano limite para a dedução
2006	(1 155)	-	-	(1 155)	2012
2007	(826)	-	-	(826)	2013
	(1 981)		-	(1 981)	

O imposto sobre o rendimento reportado explica-se como se segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2011	31.12.2010
Imposto corrente	326	308
Total do imposto registado em resultados	326	308

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)				
	31.12.2011		31.12.2010	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		7 385		6 137
Taxa de imposto	29,0		29,0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto		2 142		1 780
Utilização de prejuízos fiscais relativamente aos quais não havia sido reconhecido imposto diferido activo	(29,0)	(2 142)	(29,0)	(1 780)
Outros	4,4	326	5,0	308
	4,4	326	5,0	308

No seguimento da Lei nº55-A/2010, de 31 de Dezembro, foi criada a Contribuição sobre o Sector Bancário, a qual não é elegível como custo fiscal. A 31 de Dezembro de 2011 o Banco reconheceu como custo do exercício o valor de 76,0 milhares de euros, o qual foi incluído nos Outros resultados de exploração – Impostos directos e indirectos (ver Nota 10).

NOTA 29 – OUTROS PASSIVOS

A rubrica Outros passivos a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2011	31.12.2010
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	657	936
Credores diversos		
Credores por fornecimento de bens	823	605
Credores por contratos de futuros e opções	275	268
Contas cativas	142	148
Outros credores	80	152
	1 977	2 109
Custos a pagar		
Custos com pessoal	938	1 182
Outros	545	55
	1 483	1 237
Receitas com proveito diferido	153	196
Outras contas de regularização		
Outras operações a regularizar	159	453
	3 772	3 995

NOTA 30 – CAPITAL

Acções ordinárias

Em 31 de Dezembro de 2011, o capital social do Banco é de 63 000 milhares de euros, representado por 63 milhões de acções, com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscrito e realizado em dinheiro.

Durante o exercício de 2002, o Banco aumentou o seu capital social de 32 422 milhares de euros para 43 000 milhares de euros, através da emissão de 10 578 milhares de acções ordinárias com valor nominal de 1 euro cada, o qual foi integralmente subscrito e realizado em dinheiro. Em Fevereiro de 2003 o Banco procedeu a novo aumento de capital, através da emissão de 12 milhões de acções ordinárias com o valor nominal de 1 euro cada. Em 2005, o capital foi aumentado através da emissão de 6 milhões de acções ordinárias e em 2006 foi novamente aumentado através da emissão de 2 milhões de acções.

A composição accionista do Banco é como segue:

	% Capital	
	31.12.2011	31.12.2010
ES Tech Ventures, SGPS, S.A.	33,97%	33,97%
Banco Espírito Santo, S.A.	32,03%	32,03%
Saxo Bank, AG	25,00%	25,00%
Espírito Santo Financial Group	9,00%	9,00%
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. ^(a)	0,00%	0,00%
	100,00%	100,00%

^(a) detém 100 acções do Banco BEST

NOTA 31 – RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Durante os exercícios de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

(milhares de euros)				
	Reservas de justo valor	Outras Reservas e Resultados Transitados		
		Reserva Legal	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	(2 777)	427	(37 503)	(37 076)
Alterações de justo valor	16	-	-	-
Constituição de reservas	-	457	4 119	4 576
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	(2 761)	884	(33 384)	(32 500)
Alterações de justo valor	(638)	-	-	-
Constituição de reservas	-	583	5 246	5 829
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	(3 399)	1 467	(28 138)	(26 671)

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

(milhares de euros)		
	31.12.2011	31.12.2010
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	71 009	216 853
Imparidade acumulada reconhecida	(167)	(167)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquido de imparidade	70 842	216 686
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	67 443	214 452
Ganhos / (perdas) potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(3 399)	(2 234)
Reservas de justo valor associadas a activos transferidos para Investimentos detidos até à maturidade	-	(527)
	(3 399)	(2 761)

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, pode ser assim analisado:

	31.12.2011	31.12.2010
Saldo no início do exercício	(2 761)	(2 777)
Variação de justo valor	(687)	248
Alienações do exercício	49	(232)
Saldo no final do exercício	(3 399)	(2 761)

NOTA 32 – PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Para além dos instrumentos financeiros derivados, existiam em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Passivos e avales prestados		
Garantias e avales prestados	565	573
Activos dados em garantia	1 073	876
	1 638	1 449
Compromissos		
Compromissos revogáveis	55 430	102 710
Compromissos irrevogáveis	494	486
	55 924	103 196
	57 562	104 645

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem numa mobilização de fundos por parte do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de activos dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 210 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 210 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 556 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 397 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 307 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 269 milhares de euros);

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Os títulos dados em garantia encontram-se registados na carteira de títulos disponíveis para venda e podem ser executados em caso de incumprimento, por parte do Banco, das obrigações contratuais assumidas nos termos e condições dos contratos celebrados.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	517 961	468 957
Outras responsabilidades por prestação de serviços	48 346	117 823
	<u>566 307</u>	<u>586 780</u>

NOTA 33 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transacções do Banco com partes relacionadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resumem-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011				31.12.2010			
	Activos	Passivos	Proveitos	Custos	Activos	Passivos	Proveitos	Custos
BES	268 097	13 181	4 042	615	72 864	37 076	2 968	977
BES AÇORES	2 145	-	-	3 297	148 450	-	1 189	-
BESI	3 535	-	2 663	254	4 003	-	-	-
ESAF	-	-	208	181	-	-	268	-
BES VIDA	-	4 676	643	-	-	26 417	1 006	-
ES CONTACT CENTER	-	-	-	956	-	-	-	895
LOCARENT	-	-	-	382	-	-	-	355
BES SEGUROS	-	68	3	-	-	25	-	-
UNICRE	-	4	-	-	-	-	-	-
SAXO BANK	26 558	12	3 920	-	23 766	100	4 309	-
	300 335	17 941	11 479	5 685	249 083	63 618	9 740	2 227

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as operações realizadas com entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG (holding do Grupo BES), para além das acima referidas, resumem-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011				31.12.2010			
	Activos	Passivos	Proveitos	Custos	Activos	Passivos	Proveitos	Custos
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	-	315	-	16	9 000	16 541	204	101
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	10	-	73	-	54	-	158
ES BANKERS (Dubai)	-	165	-	-	-	156	-	-
ES FINANCIAL (P)	58 310	-	1 215	-	58 310	-	945	-
T - VIDA	2	110	-	-	-	333	-	-
	58 312	600	1 215	89	67 310	17 084	1 149	259

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

NOTA 34 – JUSTO VALOR DOS ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Banco é como segue:

(milhares de euros)

		Valorizados ao Justo Valor			
	Custo Amortizado	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Total Valor de Balanço	Justo Valor
31 de Dezembro de 2011					
Disponibilidades em outras Instituições de crédito	163 573	-	-	163 573	163 573
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	254	254	254
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	549	5 135	61 759	67 443	67 443
Aplicações em Instituições de crédito	150 051	-	-	150 051	150 051
Crédito a clientes	106 123	-	718	106 841	100 896
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-
Derivados para gestão do risco	-	-	42	42	42
Activos financeiros	420 296	5 135	62 773	488 204	482 259
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	57	57	57
Recursos de outras Instituições de crédito	22 426	-	-	22 426	22 426
Recursos de clientes e outros empréstimos	416 817	-	4 628	421 445	421 445
Derivados para gestão do risco	-	-	4 747	4 747	4 747
Passivos financeiros	439 243	-	9 432	448 675	448 675
31 de Dezembro de 2010					
Disponibilidades em outras Instituições de crédito	49 717	-	-	49 717	49 717
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	582	582	582
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	-	825	825	825
Activos financeiros disponíveis para venda	549	3 744	210 159	214 452	214 452
Aplicações em Instituições de crédito	80 191	-	-	80 191	80 191
Crédito a clientes	96 872	-	-	96 872	95 768
Investimentos detidos até à maturidade	14 448	-	-	14 448	14 180
Derivados para gestão do risco	-	-	78	78	78
Activos financeiros	241 777	3 744	211 644	457 165	455 793
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	150	150	150
Recursos de outras Instituições de crédito	62 495	-	-	62 495	62 495
Recursos de clientes e outros empréstimos	349 532	-	4 525	354 057	354 057
Derivados para gestão do risco	-	-	6 602	6 602	6 602
Passivos financeiros	412 027	-	11 277	423 304	423 304

Os Activos e Passivos ao justo valor do Banco, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transacções para estes activos/passivos negociados e mercados líquidos.

Métodos de valorização com parâmetros observáveis no mercado – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de

avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, o Banco utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, spreads de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Durante os exercícios de 2011 e 2010 não foram efectuadas transferências entre os diferentes níveis de valorização dos activos e passivos.

Os principais parâmetros utilizados, durante os exercícios de 2011 e 2010, nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas reflectem os valores indicativos praticados em mercado monetário, sendo que para o longo prazo os valores apresentados representam as cotações para *swap* de taxa de juro para os respectivos prazos:

	31.12.2011			31.12.2010		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
<i>Overnight</i>	0,3250	0,1100	0,4300	0,4500	0,3000	0,5800
1 mês	1,0240	0,2953	0,7604	0,7820	0,2606	0,6800
3 meses	1,3560	0,5810	1,0900	1,0060	0,3028	0,8200
6 meses	1,6170	0,8085	1,3400	1,2270	0,4559	1,2600
9 meses	1,7910	0,9659	1,5900	1,3720	0,6200	1,4150
1 ano	1,4175	0,6770	1,0850	1,3320	0,4590	0,8910
3 anos	1,3750	0,8225	1,3601	1,9450	1,3030	1,9480
5 anos	1,7240	1,2260	1,5624	2,4810	2,1980	2,6180
7 anos	2,0690	1,6335	1,8619	2,8930	2,8390	3,1868
10 anos	2,3870	2,0160	2,2940	3,3050	3,4010	3,5350
15 anos	2,6750	2,3715	2,6525	3,6380	3,8580	3,8780
20 anos	2,6920	2,4960	2,8322	3,6970	4,0030	3,9530
25 anos	2,6250	2,5460	2,9426	3,6660	4,0760	3,9530
30 anos	2,5610	2,5870	2,9920	3,4960	4,1240	3,9230

Volatilidades de taxas de juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (*at the money*) que serviram de base para a avaliação de opções de taxa de juro:

	31.12.2011			31.12.2010		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	51,08	76,51	53,15	42,00	104,76	56,90
3 anos	52,92	77,70	67,00	42,80	67,49	52,00
5 anos	50,31	67,85	62,90	36,20	47,52	39,60
7 anos	44,19	56,34	52,30	31,30	37,90	32,00
10 anos	38,00	47,78	39,70	26,80	31,35	25,50
15 anos	32,42	42,36	29,70	23,19	27,04	20,50

Câmbios e volatilidade cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Cambial	31.12.2011	31.12.2010	Volatilidade (%)				
			1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,2939	1,3362	13,23	14,68	15,15	15,25	15,35
EUR/GBP	0,8353	0,8608	8,28	9,55	10,48	10,85	11,23
EUR/CHF	1,2156	1,2504	9,75	9,20	8,85	8,85	8,58
EUR/NOK	7,7540	7,8000	7,10	8,05	8,60	8,81	9,03
USD/BRL ^{a)}	1,8671	1,6597	17,15	18,45	18,90	19,23	19,55
USD/TRY ^{b)}	1,8882	1,5487	14,20	15,75	16,50	16,85	17,00

^{a)} Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/BRL

^{b)} Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/TRY

O Banco utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

Índices sobre cotações

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices de cotações e respectivas volatilidades utilizadas nas valorizações dos derivados sobre acções:

	Cotação			Volatilidade histórica		Volatilidade implícita
	31.12.2011	31.12.2010	Variação %	1 mês	3 meses	
DJ Euro Stoxx 50	2 317	2 793	- 17,1	32,14	38,50	29,23
PSI 20	5 494	7 588	- 27,6	23,53	27,79	-
IBEX 35	8 566	9 859	- 13,1	30,60	35,06	-
FTSE 100	5 572	5 900	- 5,6	20,99	26,58	19,26
DAX	5 898	6 914	- 14,7	31,54	38,80	27,85
S&P 500	1 258	1 258	- 0,0	24,04	27,70	20,27
BOVESPA	56 754	69 305	- 18,1	23,60	28,47	24,57

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de portfolio. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Investimentos detidos até à maturidade

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Recursos de clientes e outros empréstimos

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas praticadas para os créditos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

NOTA 35 – GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE

O Banco BEST usufrui das sinergias inerentes à sua estrutura accionista, mantendo uma estrutura operativa própria leve e subcontratando ao Grupo Banco Espírito Santo um conjunto de serviços de back office e outras funções de carácter central onde existam economias de escala na utilização de serviços partilhados. Neste sentido o Banco Espírito Santo e/ou empresas do Grupo são o principal fornecedor de serviços externos do Banco BEST.

Desta forma a função de Gestão dos Riscos funciona no âmbito do Departamento de Risco Global do Banco Espírito Santo e visa assegurar a aplicação efectiva do sistema de gestão dos riscos, através do acompanhamento contínuo da sua adequação e eficácia, procurando identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos materialmente relevantes a que a instituição se encontra sujeita, tanto interna como externamente. Neste âmbito o Banco BEST participa nos diferentes comités relevantes na função de risco, nomeadamente no Comité de Risco e no Comité de Gestão de Activos e Passivos.

O Banco está exposto aos seguintes riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional.

Risco de crédito

O Risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente

presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes – e em produtos de negociação – *swaps*, *forwards* e opções (risco de contraparte).

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Banco, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuado regularmente pelo Comité de Risco. São igualmente objecto de análise regular o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas comerciais.

Seguidamente, apresenta-se a informação relativa à exposição do BEST ao risco de crédito:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	313 624	129 908
Activos financeiros detidos para negociação	254	582
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	825
Activos financeiros disponíveis para venda	66 894	213 900
Crédito a clientes	106 841	96 872
Investimentos detidos até à maturidade	-	14 448
Derivados para gestão de risco	42	78
Outros activos	1 883	2 211
Garantias e avals prestados	565	573
Compromissos irrevogáveis	494	486
	490 597	459 883

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)										
31.12.2011										
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação	Outros activos fin. ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Activos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias prestadas
	Valor bruto	Imparidade ^(a)				Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	44	(2)	-	-	-	-	-	-	-	-
Texteis e Vestuário	56	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtos Químicos e de Borracha	322	(12)	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtos Minerais não Metálicos	499	(6)	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	43	(2)	-	-	-	-	-	-	-	-
Construção e Obras Públicas	38	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio por Grosso e a retalho	381	(8)	-	-	-	-	-	-	-	-
Turismo	58	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-
Transportes e Comunicações	24	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-
Actividades Financeiras	2	-	254	-	42	7 627	-	-	-	-
Actividades Imobiliárias	9 852	(262)	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços Prestados às Empresas	15 997	(84)	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração e Serviços Públicos	12 621	(97)	-	-	-	877	-	-	-	-
Outras actividades de serviços colectivos	-	-	-	-	-	59 106	(167)	-	-	-
Crédito a Particulares	67 608	(908)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	565
TOTAL	107 545	(1 383)	254	-	42	67 610	(167)	-	-	565

^(a) Inclui provisão para imparidade no valor de 704 milhares de euros (ver Nota 19) e provisão para riscos gerais de crédito no valor de 679 milhares de euros (ver Nota 27)

(milhares de euros)										
31.12.2010										
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação	Outros activos fin. ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Activos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias prestadas
	Valor bruto	Imparidade ^(a)				Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	49	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtos Químicos e de Borracha	271	(6)	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtos Minerais não Metálicos	89	(2)	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	52	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-
Electricidade, Gás e Água	-	-	-	-	-	-	-	1 496	-	-
Construção e Obras Públicas	38	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio por Grosso e a retalho	740	(7)	-	-	-	-	-	-	-	-
Actividades Financeiras	-	-	582	825	78	154 243	-	8 335	(1 249)	-
Actividades Imobiliárias	14 054	(368)	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços Prestados às Empresas	14 135	(153)	-	-	-	476	-	-	-	-
Administração e Serviços Públicos	3 952	(4)	-	-	-	976	-	-	-	-
Outras actividades de serviços colectivos	-	-	-	-	-	58 924	(167)	5 866	-	-
Crédito a Particulares	64 398	(1 396)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	(2)	-	-	-	-	-	-	-	573
TOTAL	97 778	(1 941)	582	825	78	214 619	(167)	15 697	(1 249)	573

^(a) Inclui provisão para imparidade no valor de 906 milhares de euros (ver Nota 19) e provisão para riscos gerais de crédito no valor de 1035 milhares de euros (ver Nota 27)

Risco de mercado

O Risco de mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções e de mercadorias.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura ALCO (*Asset and Liability Committee*) constituída ao mais alto nível da instituição. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia Value at Risk (VaR) é utilizada. O Banco utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um

intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano. Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

milhares de euros								
	31.12.2011				31.12.2010			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	48	103	209	48	107	227	490	81
Total	48	103	209	48	107	227	490	81

O BEST apresenta um valor em risco (VaR) de 48 milhares de euros para as suas posições de negociação (31 de Dezembro de 2010: 107 milhares de euros).

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o BEST calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* (BIS) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

milhares de euros														
	31.12.2011							31.12.2010						
	Montante eligível	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Montante eligível	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em ICs	312 555	-	312 555	-	-	-	-	129 545	-	127 345	-	-	2 200	-
Crédito a clientes	105 507	-	35 153	25 782	30 014	13 527	1 032	96 600	-	44 934	26 165	14 728	9 690	1 083
Títulos	66 786	549	64 279	-	-	1 177	781	230 190	552	225 696	2 250	825	468	399
Fora de Balanço	-	-	666	-	-	-	(666)	-	-	-	-	-	-	-
Total			412 653	25 782	30 014	14 704	1 147			397 975	28 415	15 553	12 358	1 482
Recursos de outras ICs	22 324	-	19 379	-	2 945	-	-	62 282	-	59 337	-	-	2 945	-
Depósitos	422 702	-	363 526	58 779	397	-	-	358 816	-	348 324	9 949	543	-	-
Repo's com clientes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos Emitidos*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acções Preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fora de Balanço	-	-	10 537	630	(1 350)	-	-	-	-	720	630	-	(1 350)	-
Total			393 442	59 409	1 992	-	-			408 381	10 579	543	1 595	-
GAP (Activos - Passivos)			19 211	(33 627)	28 022	14 704	1 147			(10 406)	17 836	15 010	10 763	1 482

* Os montantes em risco de taxa de juro estão ao valor nominal

O modelo utilizado para o cálculo da análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária baseia-se numa aproximação ao modelo da duração, sendo efectuados cenários paralelos para deslocação da curva de rendimentos de 100 p.b. em todos os escalões de taxa de juro e cenários de deslocação da curva de rendimentos não paralelos, superiores a um ano em 50 p.b..

	31.12.2011				31.12.2010			
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50pb	Diminuição depois de 1 ano de 50pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50pb	Diminuição depois de 1 ano de 50pb
Em 31 de Dezembro	(380)	380	(229)	229	(649)	649	(189)	189
Média do exercício	(527)	527	(230)	230	(647)	647	(151)	151
Máximo para o exercício	(886)	886	(247)	247	(1 002)	1 002	(189)	189
Mínimo para o exercício	(380)	380	(220)	220	(239)	239	(95)	95

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Banco, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, assim como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Saldo médio do período	Juro do período	Taxa de juro	Saldo médio do período	Juro do período	Taxa de juro
Activos monetários	182 731	3 264	1,79%	62 815	643	1,02%
Crédito a clientes	100 410	3 804	3,79%	76 386	2 399	3,14%
Aplicações em títulos	177 131	4 951	2,80%	308 079	5 140	1,67%
Activos financeiros	460 272	12 019	2,61%	447 280	8 182	1,83%
Recursos monetários	45 142	483	1,07%	75 914	645	0,85%
Recursos de clientes	372 811	7 381	1,98%	333 784	3 430	1,03%
Recursos diferenciais	42 319	-	-	37 582	-	-
Passivos financeiros	460 272	7 864	1,71%	447 280	4 075	0,91%
Resultado Financeiro		4 155	0,90%		4 107	0,92%

Em especial no que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)

		30.12.2011			31.12.2010		
		Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida
USD	DOLAR DOS E.U.A.	(2 127)	2 571	444	(17 389)	19 016	1 627
GBP	LIBRA ESTERLINA	319	-	319	384	-	384
DKK	COROA DINAMARQUESA	58	-	58	312	-	312
JPY	IENE JAPONÊS	158	-	158	319	-	319
CHF	FRANCO SUICO	101	-	101	224	-	224
SEK	COROA SUECA	48	-	48	273	-	273
NOK	COROA NORUEGUESA	113	-	113	33	-	33
CAD	DOLAR CANADIANO	306	-	306	430	-	430
AUD	DOLAR AUSTRALIANO	297	-	297	439	-	439
		(727)	2 571	1 844	(14 975)	19 016	4 041

Risco de liquidez

O Risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas. O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo.

Com o objectivo de avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente é realizado um acompanhamento da posição de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculada segundo a Instrução nº 13/2009 do Banco de Portugal.

		(milhões de euros)	
		31.12.2011	31.12.2010
<i>Mismatch</i> acumulado ⁽¹⁾		220 692	92 491
<i>Buffer</i> de activos líquidos ⁽²⁾		4 348	2 477
Posição de liquidez		225 040	94 968

(1) O *mismatch* acumulado corresponde à diferença entre os activos e passivos com prazos residuais até um ano

(2) O *buffer* de activos líquidos reflecte o montante de activos, com maturidade residual superior a um ano, que possam ser utilizados para a obtenção de liquidez imediata, em concreto, os activos elegíveis como garantia em operações de crédito junto de bancos centrais (deduzidos dos respectivos haircuts), excluindo os activos dados em garantia em operações de crédito com maturidade superior a 1 ano

Risco operacional

O Risco operacional traduz-se, genericamente, na probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos, nos resultados ou no capital, resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, sistemas de informação, comportamento das pessoas ou motivados por acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada no Departamento de Risco Global exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos e subsidiárias considerados relevantes.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

O principal objectivo da gestão de capital no Banco consiste em assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir os requisitos mínimos de fundos próprios definidos pelas entidades de supervisão.

A definição da estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência do Conselho de Administração encontrando-se integrada na definição global de objectivos do Banco.

Em termos prudenciais, o Banco está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

Os elementos de capital do Banco dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios de Base (FPB): Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de reavaliação/justo valor positivas), os resultados retidos do período, os interesses minoritários e as acções preferenciais. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a acções ou outros instrumentos de capital. Desde 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras;

- Fundos Próprios Complementares (FPC): Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a acções ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor
- Deduções (D): Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado Lower Tier II) não podem superar os 50% dos FPB.

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de requisitos de capital do BEST para 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

		(milhares de euros)	
		31-12-2011 ^(a)	31-12-2010 ^(a)
A - Fundos Próprios			
Capital Realizado, Prémios de Emissão e Acções Próprias		62 992	62 992
Resultados transitados e Reservas		(26 662)	(32 492)
Activos Intangíveis		(11)	(361)
Outros elementos e deduções		(152)	(448)
Fundos Próprios de Base (TIER I)	(A1)	36 167	29 691
Fundos Próprios Complementares (TIER II)		-	-
Fundos Próprios Elegíveis	(A2)	36 167	29 691
B- Activos de Risco Equivalentes			
Calculados de Acordo com o Aviso 5/2007 (Riscos de Crédito)		184 024	188 287
Calculados de Acordo com o Aviso 8/2007 (Riscos de Mercado)		1 864	4 075
Calculados de Acordo com o Aviso 9/2007 (Risco Operacional)		33 818	31 075
Total de Activos de Risco Equivalentes	(B)	219 706	223 437
C- Rácios Prudenciais			
Rácio Tier 1	(A1 / B)	16,5%	13,3%
Rácio de Solvabilidade	(A2 / B)	16,5%	13,3%

(a) Valores calculados de acordo com o método padrão

NOTA 36 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS E ADOPTADAS PELO GRUPO

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2011, o Banco adoptou as seguintes normas e interpretações contabilísticas de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2011:

IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Outubro de 2010, o IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam vir a avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2010, o IASB publicou o Annual Improvement Project, o qual efectuou 11 alterações em 7 normas. A data de efectividade das alterações, possibilidade de adopção antecipada e requisitos de aplicação na transição são definidos em cada norma. A maioria das alterações são de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2011.

A adopção destas alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS AINDA NÃO ADOPTADAS PELO BANCO

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Banco ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas seguidamente. O Banco irá adoptar estas normas quando as mesmas forem de aplicação obrigatória.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Novembro de 2009, o IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma sofreu algumas alterações em Outubro de 2010 e ainda não foi adoptada pela União Europeia. Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição do IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros passam a ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, contenham apenas características básicas de dívida, e a entidade, no modelo de gestão do negócio, detenha esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas os respectivos fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados do exercício. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital, para os quais, as variações de justo valor e as mais ou menos valias realizadas são reconhecidas em reservas. Os ganhos e perdas assim reconhecidos não poderão ser reciclados por resultados do exercício. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital sejam assim tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício;

- Todos os instrumentos de capital terão de ser mensurados ao justo valor, deixando de existir a possibilidade estabelecida pela IAS 39 de manter estes títulos ao seu custo de aquisição em situações em que este não possa ser mensurado com fiabilidade;
- As alterações de justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio dos passivos financeiros classificados na categoria justo valor através de resultados (*fair value option*) serão reconhecidas directamente Outro rendimento integral (Other comprehensive income). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em Outro rendimento integral não serão posteriormente transferidos para resultados.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 11 - Acordos conjuntos

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, o IFRS 11 - Acordos conjuntos, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma substitui a anterior norma IAS 31, mantendo a mesma definição de um acordo conjunto. Contudo, foram introduzidas duas novas categorias de acordos conjuntos: 1) Joint operations; e 2) Joint ventures.

As principais alterações introduzidas por esta norma foram:

- A estrutura dos acordos conjuntos deixou de ser o factor crítico para determinação do modelo contabilístico a seguir. A classificação de um acordo conjunto exige a identificação e avaliação da estrutura, da forma jurídica, do acordo contratual e de outros factos e circunstâncias;
- Introdução da obrigatoriedade de aplicação da equivalência patrimonial a uma joint venture, eliminando assim a opção de consolidação pelo método proporcional.

Da adopção desta norma não se esperam quaisquer impactos ao nível do Banco.

IFRS 12 - Divulgações de interesses noutras entidades

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, o IFRS 12 - Divulgações de interesses noutras entidades, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Divulgações mais detalhadas sobre o envolvimento com entidades que consolidam (subsidiárias) e aquelas que não consolidam, nomeadamente:

- A natureza e os riscos associados aos interesses noutras entidades, e
- Os efeitos desses interesses ao nível da situação financeira, resultados das operações e fluxos de caixa na entidade que reporta.

Da adopção desta norma não se esperam quaisquer impactos ao nível do Banco.

IFRS 13 - Mensuração do justo valor

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 13 - Mensuração do justo valor, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma apresenta um conceito revisto de justo valor assim como novos requisitos de informação.

Da adopção desta norma não se esperam quaisquer impactos ao nível do Banco.

IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma IAS 27 (2011) não introduz alterações sobre os requisitos de aplicação da IAS 27 no âmbito das demonstrações financeiras individuais, apenas clarifica: 1) que uma entidade que prepara demonstrações financeiras individuais terá que seguir todas as normas relevantes das IFRS, e 2) necessidades de requisitos de divulgação.

Da adopção desta norma não se esperam impactos significativos ao nível do Banco.

IFRS 7 (Alterada) - Divulgações - Offsetting de activos e passivos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, uma alteração ao IFRS 7 - Divulgações - Offsetting de activos e passivos financeiros com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma alterou os requisitos de divulgação de informação de modo a que os utilizadores das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito ou potencial efeito da apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros na situação financeira de uma entidade.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma alterada.

IAS 32 (Alterada) - Offsetting de activos e passivos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, uma alteração IAS 32 - Offsetting de activos e passivos financeiros com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta alteração veio substituir o parágrafo AG38 da IAS 32 pelos novos parágrafos AG38A-AG38F, relativamente às condições requeridos para se efectuar a apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros, na situação financeira de uma entidade:

- o critério de que uma entidade tem o direito legal de efectuar a liquidação pelo valor líquido dos valores reconhecidos, e
- o critério de que uma entidade tem a intenção de liquidar os valores de forma líquida ou de realizar os activos e liquidar os passivos em simultâneo.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

ANEXO

Adopção das Recomendações do *Financial Stability Forum (FSF)* e do *Committee of European Banking Supervisors (CEBS)* relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos

(Carta-Circular nº 97/2008/DSB de 3 de Dezembro e Carta Circular nº 58/2009/DSB de 5 de Agosto)

O Banco de Portugal, através da Carta Circular nº 58/2009/DSB de 5 de Agosto de 2009 reiterou “a necessidade de as instituições continuarem a dar adequado cumprimento às recomendações do *Financial Stability Forum (FSF)*, bem como às recomendações do *Committee of European Banking Supervisors (CEBS)*, no que se refere à transparência da informação e à valorização de activos, tendo em conta o princípio da proporcionalidade” constantes das Cartas-Circulares nos 46/2008/DSB de 15 de Julho de 2008 e 97/2008/DSB de 3 de Dezembro de 2008.

O Banco de Portugal recomenda que seja elaborado um capítulo ou anexo específico nos documentos de prestação de contas exclusivamente dedicado aos aspectos mencionados nas respectivas recomendações do *CEBS* e do *FSF*.

No presente capítulo procurou-se dar cumprimento à recomendação do Banco de Portugal utilizando remissões para a informação apresentada, quer no Relatório de Gestão, quer nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras relativos aos exercícios de 2010 e 2011.

I. MODELO DE NEGÓCIO

1. Descrição do modelo de negócio

Na introdução e no capítulo “II – Actividade Desenvolvida” do Relatório de Gestão, faz-se uma descrição sobre o modelo de negócio do Banco.

2. Estratégias e objectivos

As estratégias e objectivos do Banco estão igualmente divulgados nos capítulos “II – Actividade Desenvolvida” e “V – Perspectivas de Actividade Futura” do Relatório de Gestão. O Banco não realizou qualquer emissão de dívida nem realizou nenhuma operação de titularização até 31 de Dezembro de 2011.

3., 4. e 5. Actividades desenvolvidas e contribuição para o negócio

No capítulo “II – Actividade Desenvolvida” do Relatório de Gestão apresenta-se informação acerca das actividades desenvolvidas e sua contribuição para o negócio.

II. RISCOS E GESTÃO DE RISCOS

6. e 7. Descrição e natureza dos riscos incorridos

Na Nota Explicativa 35 é apresentada diversa informação que permite ao mercado obter a percepção sobre os riscos incorridos pelo Banco e mecanismos de gestão para a sua monitorização e controlo.

III. IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA FINANCEIRA NOS RESULTADOS

8., 9., 10 e 11. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados

Durante os exercícios de 2010 e 2011, na sequência do aumento dos riscos soberanos, operou-se um alargamento substancial dos prémios de risco sem impactos materialmente relevantes na actividade e resultados atribuíveis aos respectivos exercícios.

12. Decomposição dos *write-downs* entre realizados e não realizados

Os proveitos e custos relacionados com os activos e passivos detidos para negociação e dos activos e passivos ao justo valor através de resultados e dos activos financeiros disponíveis para venda encontram-se desagregados por instrumento financeiro nas Notas 7 e 8 às demonstrações financeiras.

13. Turbulência financeira na cotação das acções do Banco

As acções do Banco não estão cotadas em nenhum mercado oficial, pelo que este ponto não é aplicável.

14. Risco de perda máxima

Na Nota Explicativa 35 divulga-se informação relevante sobre as perdas susceptíveis de serem incorridas em situações de *stress* do mercado.

15. Responsabilidades emitidas e resultados

Não aplicável por o Banco não ter emitido responsabilidades representadas por títulos durante o exercício de 2011.

IV. NÍVEIS E TIPOS DAS EXPOSIÇÕES AFECTADAS PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA

16. Valor nominal e justo valor das exposições

Nas Notas Explicativas 17 e 31 divulga-se informação relevante sobre o valor das exposições do Banco.

17. Mitigantes do risco de crédito

Não aplicável.

18. Informação sobre as exposições do Banco

No exercício de 2010 e 2011, a turbulência decorreu do agravamento dos riscos soberanos dos países da periferia da Zona Euro.

A exposição do Banco Best no que se refere a títulos de dívida pública dos países afectados (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda) só existia para Portugal com um valor em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2011 de 1 milhão de euros destinado a garantir as responsabilidades do Banco relativamente ao FGD e SII, à qual estava associada uma reserva de justo valor negativa que totalizava 287 mil euros em Dez 2011.

19. Movimentos nas exposições entre períodos

Nas Notas Explicativas 16, 17, 31 e 35 divulga-se informação relevante sobre as exposições do Banco em que se comparam as exposições aos mercados e os resultados quer com referência ao exercício de 2011 como ao de 2010. A informação aí divulgada considera-se suficiente, tendo por base o detalhe e quantificação apresentados e o facto de não se terem verificado acontecimentos com relevância material em 2011.

20. Exposições que não tenham sido consolidadas

Não aplicável.

21. Exposição a seguradoras *monoline* e qualidade dos activos segurados

O Banco não tem exposições a seguradoras *monoline*.

V. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO

22. Produtos estruturados

Estas situações estão desenvolvidas na Nota Explicativa 2 – Principais Políticas Contabilísticas.

23. *Special Purpose Entities (SPE)* e consolidação

O Banco não realizou qualquer emissão de dívida nem realizou nenhuma operação de titularização até 31 de Dezembro de 2011.

24. e 25. Justo valor dos instrumentos financeiros

Na Nota Explicativa 2 referem-se as condições de utilização da opção do justo valor, bem como as técnicas utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros.

VI. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES NA DIVULGAÇÃO

26. Descrição das políticas e princípios de divulgação

O Banco, no contexto da sua política de divulgação de informação de natureza contabilística e financeira, visa dar satisfação a todos os requisitos de natureza regulamentar, sejam eles ditados pelas normas contabilísticas ou pelas entidades de supervisão e de regulação do mercado. Paralelamente procura alinhar as suas divulgações pelas melhores práticas do mercado atendendo, por um lado, ao custo na captação da informação relevante e, por outro, dos benefícios que a mesma pode proporcionar aos diversos utilizadores.

De entre o conjunto de informação disponibilizada aos seus accionistas, clientes, colaboradores, entidades de supervisão e ao público em geral, destacamos o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas. As demonstrações financeiras são preparadas tendo por base as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) que conferem um elevado grau de transparência à informação divulgada bem assim como de comparabilidade.

ANEXO

Política de Remuneração dos membros dos órgãos sociais do BEST

Na sequência da aprovação da Lei 28/2009, de 19 de Junho, a Assembleia Geral Anual de 2011 aprovou a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização que lhe foi apresentada pelo Conselho de Administração. Considerando a necessidade de a mesma ser actualizada de acordo com as novas exigências decorrentes da aprovação do Decreto-Lei 88/2011, de 20 de Junho, bem como do Aviso do Banco de Portugal 10/2011, o Conselho de Administração da sociedade “BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.” propõe para aprovação da Assembleia Geral, a Política de Remuneração do Banco para os membros dos Órgãos Sociais:

Política de remuneração dos membros dos órgãos sociais do BEST

1. Processo de aprovação da política de remuneração

- a) Aprovação: A aprovar em Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho de Administração do Banco Best.
- b) Mandato do órgão de administração: O Conselho de Administração do Banco Best é eleito por mandatos de 3 anos.
- c) Consultores externos: Não foram contratados quaisquer consultores externos para a definição da política de remuneração dos órgãos sociais.
- d) Grupos de sociedades tomados como elementos comparativos: Foram tomados como elementos comparativos a política de remuneração dos órgãos sociais do Banco Espírito Santo, S.A., que é o accionista maioritário do Banco Best.

2. Remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral

Os membros da Mesa da Assembleia Geral não são remunerados.

3. Membros do órgão de fiscalização

Os órgãos de fiscalização do Banco Best são o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas. O Conselho Fiscal é eleito pela Assembleia Geral do BEST com mandatos trienais sendo composto por 3 vogais efectivos e um suplente assumindo um dos vogais efectivos a presidência deste órgão. Relativamente aos membros do Conselho Fiscal a sua remuneração consiste na atribuição trimestral de senhas de presença de valor variável de acordo com a experiência profissional dos respectivos membros, num valor máximo anual de 5.000 euros por vogal do Conselho Fiscal. O Revisor Oficial de Contas e suplente são eleitos pela Assembleia Geral por proposta do Conselho Fiscal, para mandatos trienais. Relativamente ao Revisor Oficial de Contas efectivo, a sua remuneração é efectuada de forma independente e enquadrada por via do contrato de prestação de serviços de revisão de contas com o Grupo Banco Espírito Santo, estando dessa forma em linha com as práticas do mercado. O Revisor Oficial de Contas suplente não é remunerado.

4. Membros não executivos do Conselho de Administração

Os membros não executivos do Conselho de Administração não são remunerados. Os membros que desempenhem funções executivas em órgãos de administração de sociedades em relação de domínio e/ou de grupo com o Banco Best, ou que exerçam funções específicas por indicação do Conselho de Administração do Banco Best, poderão ser remunerados pelas referidas sociedades ou pelo Banco Best, de acordo com o relevo das funções desempenhadas.

5. Membros da Comissão Executiva

- a) Diferenciação de remuneração: todos os membros da Comissão Executiva auferem remunerações diferenciadas, de acordo com os respectivos percursos profissionais, funções desempenhadas e experiência profissional.
- b) Composição da remuneração: a remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável, pelo que a Remuneração Total Anual (“RTA”) é assim composta pelo somatório da Remuneração Fixa Anual (“RFA”) e da Remuneração Variável Anual (“RVA”). A RFA dos membros da Comissão Executiva é fixada todos os anos pela Assembleia Geral de Accionistas até ao final de Março, nomeadamente tendo como base a avaliação do desempenho do exercício anterior.
- c) Limites da remuneração: a RVA terá os limites que forem fixados pelo órgão competente e representará aproximadamente um máximo de 33% da RTA. A RFA é composta pelo vencimento dos membros da Comissão Executiva e por outros subsídios que são atribuídos a todos os colaboradores do Banco Best. A RVA para 2012 tem o limite de 5% do resultado Líquido do BEST, sendo em qualquer caso o limite geral o constante do artigo 24º do contrato de sociedade.
- d) Equilíbrio na remuneração: o montante exacto da RVA oscilará, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objectivos anuais, constantes do Orçamento anual, tal como aprovado pelo Conselho de Administração, representando no máximo uma média de 33% da RTA. Em função do valor a RVA, o valor da RFA poderá oscilar em cada ano entre aproximadamente 66% e 100% da RTA.
- e) Critérios de definição da componente variável e momentos do seu pagamento: a RVA terá um peso máximo equivalente a aproximadamente 33% na RTA. A RVA será calculada no início de cada ano pelo órgão competente, em função de uma avaliação de desempenho realizada pelos órgãos competentes do Banco. O valor da RVA será proporcional à avaliação de desempenho segundo os critérios *infra* mencionados. A RVA é dividida entre uma parcela correspondente a 50% da RVA - a Remuneração Variável Anual Simples (“RVAS”), que é paga após a aprovação das contas do exercício do ano em questão e uma parcela, correspondente aos restantes 50% da RVA, que é diferida durante 3 anos - a Remuneração Variável Anual Diferida (“RVAD”). A RVAD será dividida em três parcelas iguais, que serão pagas anualmente, por um período de três anos. A RVA é paga integralmente em numerário. Não existem componentes da RVA pagas através de instrumentos financeiros, já que tal não se considera adequado à estrutura e realidade do Banco Best. Isto porque, em primeiro lugar, a RVA representa uma componente da RTA inferior a 40%, não representando assim uma parte substancial da RTA. Por outro lado, não são ultrapassados nenhum dos indicadores de dimensão previstos no nº 1 do artigo 7º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011. Também relevante, para estes efeitos, é o facto de a actividade principal do banco ser

essencialmente exercida no mercado português, com uma estratégia de negócio orientada maioritariamente para o segmento de mercado de clientes particulares afluentes numa óptica de intermediação bancária de produtos e serviços financeiros de outros bancos, seguradoras, sociedades gestoras e corretoras, não exercendo a gestão própria de produtos próprios de natureza complexa. Finalmente, considera-se que as acções que constituem o capital social do Banco Best não estão cotadas em nenhum mercado regulamentado e são detidas exclusivamente por entidades do grupo da empresa-mãe e pelo Saxo Bank A/S.

- f) Mecanismos de Limitação da Remuneração Variável: o pagamento da RVAS depende da avaliação de desempenho, podendo, ainda que a avaliação de desempenho seja positiva, não ser paga no ano em causa em função da degradação estrutural do Banco, nomeadamente caso o resultado do exercício seja negativo, como melhor explanado *infra*. A RVAD encontra-se sujeita às seguintes limitações: i) por um lado, o seu pagamento é diferido durante um período de 3 anos; e ii) por outro, não será paga no ano em causa, em prestações ainda em dívida, em função da degradação estrutural do desempenho do BEST. Cabe à Assembleia Geral de Accionistas verificar e determinar a existência de uma degradação estrutural, nomeadamente caso o resultado do exercício seja negativo. O pagamento das prestações diferidas da RVAD referente a exercícios anteriores dependerá ainda da avaliação de desempenho correspondente ao ano em que o pagamento é devido.
- g) Critérios para a avaliação de desempenho: a avaliação de desempenho é efectuada anualmente e inclui critérios não financeiros relativos às aptidões pessoais, técnicas e de gestão para o desempenho da função para além de critérios financeiros relativos ao cumprimento dos principais objectivos constantes do Orçamento Anual do ano anterior, aprovado pelo Conselho de Administração segundo os critérios *infra* referidos. A avaliação de desempenho dos membros executivos do Conselho de Administração é efectuada pelo Presidente da Comissão Executiva e a avaliação de desempenho do Presidente da Comissão Executiva é efectuada pelo Presidente do Conselho de Administração (não executivo). A avaliação dos membros executivos do Conselho de Administração assenta em cinco indicadores; i) Desempenho individual de cada membro da Comissão Executiva face às aptidões pessoais, técnicas e de gestão para o desempenho da função, incluindo o cumprimento das regras associadas à actividade dos Bancos; ii) “Cost-to-Income” (rácio entre os custos operativos e o produto bancário total), indicador que traduz a actividade operacional do Banco, e que mede a capacidade de geração de receitas face aos custos operativos incorridos; iii) Resultado Líquido do Exercício, indicador que traduz o contributo para os accionistas, já deduzido de dimensões não capturadas no Cost-to-Income, em particular o custo do risco, os impostos e os interesses minoritários; iv) “Return-on-Equity” (rácio entre o resultado líquido e os capitais próprios), indicador que mede a rentabilidade proporcionada em face do volume investido pelos accionistas; e v) Ratio de Transformação Crédito / Depósitos: indicador que mede o grau de alavancagem do Banco.
- h) Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários: não existem outras formas de remuneração para além da RFA e RVA descritas na presente política de remuneração.

- i) Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos: não existem outras formas de remuneração para além da RFA e RVA descritas na presente política de remuneração.
- j) Indemnizações pagas ou devidas a ex-membros executivos do órgão de administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício: não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a antigos membros da Comissão Executiva relativamente à cessação das suas funções.
- k) Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa do administrador e sua relação com a componente variável da remuneração: não existem quaisquer acordos que fixem montantes a pagar a membros da Comissão Executiva em caso de destituição sem justa causa.
- l) Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada, com indicação se foram sujeitas a apreciação pela assembleia geral: o Banco Best não tem acordos que prevejam regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada.
- m) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores: não são atribuídos aos administradores benefícios não pecuniários de relevo.

6. Regras aplicáveis a todos os membros do órgão de administração

Pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores: não existem quaisquer pagamentos aprovados respectivamente à destituição de administradores e qualquer cessação por acordo carece, no que respeita aos montantes envolvidos, de ser previamente aprovada pela Assembleia Geral.

7. Montantes pagos em 2011 aos membros dos órgãos sociais, incluindo os montantes pagos a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo

a) Conselho de Administração (membros executivos):

A remuneração auferida pelos membros executivos do Conselho de Administração no exercício de 2011 inclui as remunerações fixas recebidas e pagas em 14 prestações, os complementos que são atribuídos a todos os colaboradores do Banco, como diuturnidades ou outros subsídios e as remunerações variáveis atribuídas e que se encontravam já pagas relativamente a exercícios anteriores. Isabel Maria Ferreira Possantes Rodrigues Cascão (Presidente da Comissão Executiva) auferiu a remuneração fixa de 228.511 Euros e uma remuneração variável em dinheiro de 52.014 Euros, sendo a remuneração variável diferida para o período de 2012 a 2014 de 50.000 Euros. Marília Boavida Correia Cabral auferiu a remuneração fixa de 137.290 Euros e uma remuneração variável em dinheiro de 27.023 Euros, sendo a remuneração variável diferida para o período de 2012 a 2014 de 25.000 Euros. Francisco José Valente Hipólito dos Santos, considerando apenas o período decorrido após a sua nomeação para o Conselho de Administração, auferiu a remuneração fixa de 122.998 Euros, e uma remuneração variável em dinheiro de 55.711 Euros, não havendo remuneração variável diferida para períodos seguintes. Pedro Alexandre Lemos Cabral das Neves auferiu a remuneração

fixa de 124.923 Euros e uma remuneração variável em dinheiro de 19.869 Euros, sendo a remuneração variável diferida para o período de 2012 a 2014 de 17.846 Euros.

b) Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal não auferiram qualquer remuneração variável em 2011. O Dr Jose Manuel Macedo Pereira recebeu uma remuneração fixa em senhas de presença de 4.000 Euros, o Dr. Luis Manuel Santos Botelho recebeu uma remuneração fixa em senhas de presença de 3.200 Euros e o Dr. Elisio Armando da Cruz Cardoso recebeu uma remuneração fixa em senhas de presença de 2.400 Euros.

As funções de controlo, tal como definidas na Carta Circular do Banco de Portugal n.º 2/DSB/2010, efectuaram a avaliação da Política de Remunerações, da qual deram conhecimento ao Conselho de Administração.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras do **BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidência um total de 493.413 milhares de euros e um total de capital próprio de 39.989 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 7.059 milhares de euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações nos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, definidas pelo Banco de Portugal, que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro em vigor e adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal ("NCA's"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, o rendimento integral as alterações nos seus capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

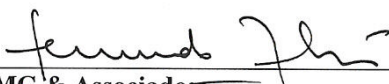
Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios no exercício findo naquela data, em conformidade com as NCA's tal como definidas pelo Banco de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 15 de Março de 2012


KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)

BANCO ELECTRÓNICO DE SERVIÇO TOTAL, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2011

Senhores Accionistas do
Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.

Nos termos da legislação em vigor, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal sobre o Relatório de Gestão, as demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Electrónico de Serviço Total, S.A. (doravante, BEST).

O Conselho Fiscal tem acompanhado, no âmbito das suas atribuições, e nos termos da lei e dos estatutos, a evolução da gestão e da actividade do BEST, nomeadamente:

- i. apreciou a adequação e a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna;
- ii. participou, nas reuniões do Conselho de Administração, sempre que foi convocado para as mesmas;
- iii. analisou os documentos de informação de gestão que foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- iv. acompanhou a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte;
- v. apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo BEST; e
- vi. teve reuniões, sempre que necessárias, sobre a apreciação das políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo BEST, com o Revisor Oficial de Contas que sempre prestou as informações tidas como relevantes.

Foi ainda analisado o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração, que no entender deste Conselho cumpre os requisitos legais e estatutários e é elucidativo dos principais aspectos que circunscreveram a actividade do BEST no ano de 2011, sendo de destacar o lançamento do novo site mobile que permite a geolocalização dos centros de investimento do Banco, para além da disponibilização de um vasto conjunto de operações bancárias correntes e um módulo que permite acompanhar os mercados mais importantes à escala global e negociar mais de 1.200 títulos, com actualização em tempo real da carteira de investimentos.

O Conselho Fiscal verificou que os capitais próprios do Banco Best foram reforçados em 2011 em função directa da política de incorporação integral dos resultados líquidos do exercício anterior, pelo que o rácio Core Tier 1 foi consideravelmente reforçado ao aumentar dos 13,5% em Dezembro de 2010 para os 16,5% atingidos no final do exercício de 2011, valor substancialmente superior aos valores mínimos legalmente exigidos.

O Conselho Fiscal regista com apreço o montante atingido pelo resultado líquido do BEST, cujo valor ascende a 7.059 milhares de euros em 2011, apesar da envolvente negativa a nível nacional e internacional.

O Conselho Fiscal apreciou também, nos termos da lei, o Relatório de Auditoria elaborado pelo Revisor Oficial de Contas, tendo igualmente tomado conhecimento da sua Certificação Legal de Contas sobre as referidas demonstrações financeiras, referentes ao exercício de 2011, que não apresenta qualquer reserva e com a qual concorda.

Face ao exposto, é Parecer deste Conselho que sejam aprovados:

- O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011;
- A proposta de aplicação de resultados líquidos apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 19 de Março de 2012

O CONSELHO FISCAL



José Manuel Macedo Pereira
(Presidente)



Luis Manuel Santos Botelho



Elisio Armando da Cruz Cardoso